

**Conselhos
Deliberativos
em Resex/RDS
da Amazônia:**

**uma experiência de
capacitação participativa
em processo**

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Teixeira

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Diretoria de Unidades de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

Paulo Fernando Maier Souza

**Coordenação-Geral de Gestão de Reservas Extrativistas
e Reservas de Desenvolvimento Sustentável**

Érika Fernandes Pinto

Coordenação de Educação Ambiental e Conselhos

Viviane Lasmar Pacheco

Projeto Ocça

Karina Jorge Dino

Adriana Ávila Tavernard Silveira

Embaixador Britânico no Brasil

Alan Charlton

Fundação de Apoio à Pesquisa – UFG

Albenones José de Mesquita

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Conselhos Deliberativos em Resex/RDS da Amazônia:

**uma experiência de
capacitação participativa
em processo**

Brasília
2010

Edição

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Diretoria de Qualidade Ambiental

Centro Nacional de Informação Ambiental e Editoração

SCEN Trecho 2 – Edifício-Sede Ibama – CEP 70.818-900 – Brasília – DF

Telefones: (61) 3226-5094 / 3316-1205 – E-mail: cnia.sede@ibama.gov.br

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

e Populações Tradicionais

Projeto Occa

EQSW 103/104, Bloco A, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, CEP

70670-350 Telephone: (61) 3341-9267 – www.icmbio.gov.br

Catálogo na Fonte

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

-
- C755 Conselhos deliberativos em Resex/RDS / Nahyda Franca Von
Der Weid, organizadora. – Brasília: ICMBio, 2009.
148 p. : il. color. ; 15 cm.

Bibliografia

ISBN 978-85-61842-

1. Área protegida. 2. Área de conservação ecológica. 3. Populações tradicionais. 4. Gestão participativa (comunitária). 5. Reserva Extrativista. I. Von der Weid, Nahyda Franca. II. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. III. Diretoria de Unidades de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – Diusp. IV. Coordenação-Geral de Gestão de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – CGREX. V. Título.

CDU(2.ed.)630.28

Esta publicação é parte do projeto de Gerenciamento e Capacitação em Reservas de Uso Sustentável na Amazônia (OCCA), desenvolvido pelo ICMBio em parceria com o Fundo de Oportunidades Globais (FCO) do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido e com a Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape) da Universidade Federal de Goiás, com apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e da Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

Organização e adaptação dos textos

Nahyda Franca Von Der Weid

Textos originais

Nahyda Franca Von Der Weid

Karina Jorge Dino

Iaci Szajnweld de Menezes

Manuela França de Oliveira Diniz

Lúcia Lopes

Carlos Frederico Loureiro

Cláudia Conceição Cunha

Revisão Técnica

Karina Jorge Dino

Lúcia Lopes

Manuela França de Oliveira Diniz

Desenhos e ilustrações

Alan Jacob

Tiago Sillos Padovani

Nahyda Franca Von Der Weid

Fotos

Lúcia Lopes

Lúcia Pio dos Santos

Hermínio Lacerda

Fabíola Assis Freitas

Sultane Maria Mussi

Jerônimo Carvalho Martins

Iaci Szajnweld de Menezes

Edição de texto

Vitoria Rodrigues

Revisão

Ana Célia Luli

Maria José Teixeira

Projeto gráfico

Lavoisier Salmon Neiva

Capa

Tiago Sillos Padovani

Lúcia Lopes

Karina Jorge Dino

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Vitoria Rodrigues

gradecimentos

Àqueles que tornaram este projeto possível, por doarem sua força de trabalho ou sua reflexão, somando energia, esperança e apoio a esta iniciativa, em especial aos mestres da ex-CGEAM/Ibama, Elísio Márcio de Oliveira e José Quintas. À Kely Cristina Ferreira Silva, ao Giórgenes Martins de Souza, aos colegas articuladores regionais de conselhos e/ou servidores do Ibama e do ICMBio nos estados: Daniel Miranda P. de Castro, Jerônimo Carvalho Martins, Sultane Mussi, Heitor Schulz Macedo, Mary Jane Costa Fonseca, Sérgio Freitas, Elaine Christina O. do Carmo, Paulo César Silva da Motta e Elisângela Andrade Ambé. Aos servidores e chefes das unidades abrangidas por este projeto: Vivian Mara Uhlig, Resex Capanã Grande – AM; Lisângela Aparecida Pinheiro Cassiano, Resex Mapuá – PA; Diego Meireles, Resex Mapuá – PA; Cristiano Andrey Souza do Vale, Resex Lago do Cuniã – RO; Tatiane Rodrigues Lima, Resex Rio Ouro Preto – RO; José Maria dos Santos, Resex Rio Ouro Preto – RO; Luciana Nars, Resex Rio Ouro Preto – RO; Francisco Edemburgo Ribeiro de Almeida, Resex Rio Cajari – AP; Rosária Sena Cardoso Farias, Resex Tapajós-Arapiuns – PA; Paula Soares Pinheiro, Resex Médio Juruá – AM; Rosi Batista, Resex Médio Juruá – AM; Lúgia Mara Coser, Resex Arioca-Pruanã – PA; à equipe que trabalha na Resex Terra Grande-Pracuúba – PA; À equipe que trabalha na Resex Gurupá-Melgaço – PA; Pedro Alves, RDS Itatupã-Baquíá – PA; à Cláudia Conceição Cunha, ativa participante na construção dos trabalhos com os conselhos de Resex e de RDS; ao Professor Carlos Frederico Loureiro, que iluminou nossa primeira oficina com seu saber; à Embaixada Britânica, por apostar e investir nesta proposta; à equipe da GTZ em Brasília: Lêda Luz, Silmara Luciano; Cecília Cherobim. À equipe do Programa Arpa, que apos-

tou neste trabalho, especialmente por meio de Tatiany Barata Pereira e André Martius Santos Almeida Cruz; ao representante do CNS, Júlio Barbosa; aos comunitários e conselheiros da Resex Mapuá, RDS Itatupã-Baquiá, Resex Gurupá-Melgaço, Resex Cajari, Resex Arioca-Pruanã, Resex Tapajós-Arapiuns, Resex Médio Juruá e Resex Lago do Cuniã, Resex Rio Ouro Preto, Resex Terra Grande-Pracuúba. À equipe técnica da Diusp, especialmente Lúcia Pio dos Santos, Rodrigo Rodrigues, pelas contribuições relativas aos planos de manejo de Resex e de RDS; Mônica Martins de Melo, pela colaboração relativa ao tema pesquisas que envolvem acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, e os colegas que produziram os mapas desta publicação, Sandra Maria da Silva Barbosa, Fernando Régis Siqueira e Carla Lessa; aos colegas da área administrativa: Lídia Maria Cardoso dos Santos; Ana Claudina Soares Lopes; Maria Lúcia Rocha; aos diretores e coordenadores da Diusp/ICMBio: Paulo Henrique Borges de Oliveira Junior, Paulo Maier, Alexandre Zananiiri Cordeiro, Érika Fernandes Pinto e Viviane Lasmar Pacheco.

Sumário

Apresentação	11
Prefácio	13
Introdução	17
1. Participação: importância da gestão participativa em UCs	25
2. Reservas extrativistas: o que são, como surgem e a quem interessam?	45
3. Os conselhos deliberativos de Resex/RDS: seu papel na gestão	69
4. Metodologia construída e vivenciada nas oficinas Occa	81
5. Visão geral do processo e recomendações	119
Referências bibliográficas	131
Anexo 1. Roteiros metodológicos utilizados nas oficinas	133
Anexo 2. Ficha de avaliação do Projeto Occa	145

Apresentação

Este trabalho coloca à disposição de todos que pretendem intervir no processo de gestão das unidades de conservação, em conformidade com o Snuc, um conjunto de experiências que permitem estabelecer estratégias de formação de gestores e de conselheiros para o processo participativo.

Neste momento em que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade se remodela para privilegiar a ação coordenada baseada em macroprocessos, este projeto estimulará o diálogo sempre desejável entre os diferentes fazeres da gestão.

A institucionalização dos procedimentos para a criação de conselhos gestores em reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável é ponto de partida e contribui para a definição de procedimentos para as demais categorias. No entanto, mais do que definir os procedimentos, é fundamental pensar o fazer constantemente, a fim de não permitir o distanciamento entre a teoria e a prática, e permitir que o julgamento do fazer dialogue com a realidade apresentada.

O próximo desafio é criar conselhos gestores em todas as unidades de conservação federais e ir além – formar gestores e conselheiros para a construção da gestão efetivamente participativa. Para isso, a experiência registrada aqui pode contribuir decisivamente tanto pelos seus acertos quanto pelos erros.

Paulo Fernando Maier Souza
Diretoria de Unidades de Uso Sustentável
e Populações Tradicionais

Prefácio

Em março de 2007, ao terminar o Encontro Nacional de Técnicos e Técnicas da extinta Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (Disam) do Ibama, com uma série de deliberações e encaminhamentos, um conjunto de normas voltadas à criação e gestão das reservas extrativistas (Resex) e das reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) federais estava sendo finalizado. As Instruções Normativas nº 1, 2 e 3 publicadas em setembro de 2007 sob a égide do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) regulamentaram procedimentos para a criação e para os dois principais instrumentos de gestão dessas categorias de unidades de conservação (UC): o plano de manejo e o conselho deliberativo.

O processo de construção dessas normas teve início no I Encontro Nacional de Técnicos e Técnicas do CNPT (março de 2006) e foi aprimorado no I Encontro Nacional de Lideranças Comunitárias de Resex e de RDS, em novembro de 2006. Esse esforço institucional foi motivado por decisão governamental e pela necessidade premente de implantação das reservas extrativistas já criadas, reforçando a aplicação da Lei nº 9.985 – a Lei do Snuc.

No caso específico de Resex e de RDS, são as únicas categorias no Sistema Nacional de Unidades de Conservação a ter os seus conselhos de gestão com caráter **deliberativo**, ou seja, a população moradora e/ou usuária de seus recursos naturais é a efetiva protagonista de sua gestão, deliberando sobre os rumos e os destinos da conservação da biodiversidade local.

Portanto, para a efetiva implantação dessas UCs, foi colocado o desafio de garantir a ação dos conselhos deliberativos como um dos principais instrumentos de gestão de Resex e de RDS. É importante destacar que no início dessa mobilização pela construção das instruções normativas (2006) havia 43 Resex e uma RDS federais criadas, sendo somente quatro delas com conselhos deliberativos. Quando da publicação da norma, em setembro de 2007, havia 52 dessas UCs criadas, somando mais de 10 milhões de hectares e envolvendo aproximadamente 50 mil famílias, mas tendo 16 delas seus conselhos deliberativos, ou seja, mesmo com esforço e crescimento de 9% para 30% dessas unidades, com seus respectivos conselhos deliberativos criados, a lacuna ainda era enorme.

Para enfrentar esse desafio, havia excelente base técnica na Coordenação-Geral de Educação Ambiental e em jovens analistas ambientais temporários ingressos no CNPT ao final de 2005. O esforço da equipe, aliado ao permanente diálogo com as lideranças dos movimentos sociais organizados pela constituição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e à *expertise* dos técnicos dos núcleos de educação ambiental (NEA) nas superintendências estaduais do Ibama, forneceu e construiu as premissas metodológicas e as diretrizes para os processos de criação e funcionamento dos conselhos deliberativos, além de impulsionar sua constituição.

Se a criação dos conselhos deliberativos encontrava sua formação em procedimentos claros e definidos, a questão que se colocava como passo seguinte e, essencial, era a da garantia e efetividade da representação e participação qualificada dos (as) conselheiros(as). Para tanto, teve-se como premissa metodológica que tal passo somente poderia se efetivar com o empoderamento das populações beneficiárias de Resex e de RDS tanto no processo de construção como no de consolidação dos conselhos deliberativos. Cabe ressaltar que esse constitui também o desafio dos mais variados conselhos existentes, promotores que são de uma nova cultura de participação vinculada à dimensão dos direitos sociais, econômicos e ambientais, expressos na Constituição de 1988. Assim, o debate sobre os conselhos deliberativos e a gestão participativa em Resex e em RDS conectou-se com um movimento maior no seio da sociedade brasileira, na perspectiva da garantia do controle social e da governança das conquistas adquiridas e do espaço público.

Foi essa a perspectiva que moveu a elaboração de um projeto específico para o desenvolvimento de metodologias que se constituíssem num referencial para a necessária capacitação permanente de membros dos conselhos deliberativos de Resex e de RDS. Uma capacitação que, por ser permanente e essencial, deveria se inserir posteriormente como ação governamental institucionalizada e com orçamento próprio e específico.

O Projeto Occa surgiu, portanto, como um laboratório inicial de proposição, teste, aprovação e validação dessa metodologia. Encontrou na parceria com a Embaixada Britânica os meios para a sua operacionalização, por intermédio de recursos do Fundo de Oportunidades Globais (FCO).

Nesta publicação, são mostrados os resultados e as principais dificuldades encontradas para atingir os objetivos propostos pelo projeto, que é mobilizar mais de 370 pessoas de diferentes partes da Amazônia para construir uma metodologia que reflita uma forma própria da gestão participativa e deliberativa das reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, que nos leve a um processo permanente de mudança, bem como da sociedade, e a sua relação com os recursos naturais e a biodiversidade.

Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior
Analista Ambiental e Diretor do Projeto Occa (2007 e 2008)



Introdução

Uma concepção sobre o processo de formação e capacitação dos conselhos deliberativos de Resex/RDS federais

Karina Jorge Dino

Analista Ambiental e Coordenadora do Projeto Occa

A construção das metodologias, diretrizes e normas relativas aos conselhos deliberativos de Resex e de RDS foi o resultado de ação coletiva iniciada em 2005, que envolveu lideranças comunitárias, a equipe técnica de Brasília e técnicos de diversos estados brasileiros e de diferentes diretorias, de forma a possibilitar que os diversos contextos socioambientais pudessem estar representados nesse grande esforço voltado à estruturação e ao fortalecimento do trabalho que envolve os conselhos.

Com a formação e o funcionamento dos conselhos, tornou-se premente atender à diretriz firmada no Roteiro para Formação de Conselhos Deliberativos de Reservas Extrativistas e de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, e a Instrução Normativa nº 02/2007, que exige capacitação continuada dos conselheiros, para que se aprimore o funcionamento dos conselhos deliberativos de Resex e de RDS.

Dessa forma, tem-se buscado o fortalecimento dos conselhos deliberativos de Resex e de RDS, por meio especialmente da partici-

pação de lideranças das comunidades tradicionais que residem e/ou utilizam unidades de conservação, na construção de metodologias, diretrizes e normas relativas à formação, ao funcionamento e à capacitação dos conselhos.

Assim, a metodologia de capacitação dos conselhos de Resex e de RDS federais elaborada no âmbito do projeto Gerenciamento e Capacitação em Reservas de Uso Sustentável na Amazônia, conhecido como Projeto Occa, objeto desta publicação, dá continuidade aos propósitos institucionais e às diretrizes metodológicas que inspiraram o texto da Instrução Normativa nº 02/2007. O propósito central é garantir o protagonismo e a autonomia das populações tradicionais que lutaram e ainda demandam pela criação de Resex e de RDS.

Occa – uma proposta em construção

Nahyda Franca Von Der Weid

Consultora do Projeto Occa

A Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (Diusp), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vem imprimindo esforços para estabelecer metodologia de capacitação dos conselhos deliberativos de reservas extrativistas e de reservas de desenvolvimento sustentável (Resex/RDS). Com esse propósito em 2007, a Diusp/ICMBio negociou com a Embaixada Britânica, o Projeto Gerenciamento e Capacitação em Reservas de Uso Sustentável na Amazônia (Projeto Occa), financiado pelo Fundo de Oportunidades Globais (FCO), do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, com gestão financeira da Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (Funape).

Inicialmente, o objetivo era realizar capacitação de conselheiros de Resex e de RDS na Ilha de Marajó, no estado do Pará. Depois, essa iniciativa foi ampliada e passou a ter como finalidade estabelecer em conjunto os elementos referenciais e a construção coletiva de uma proposta metodológica de capacitação dos conselhos deliberativos de Resex e de RDS na Amazônia, tendo como base os termos da lei do Snuc e da Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007, para garantir autonomia e protagonismo às populações tradicionais das unidades.

O foco principal da ação foi promover a formação dos conselheiros gestores (em particular, representantes das populações tradicionais), ajudando-os a construir e a multiplicar métodos participativos, baseados no contexto e no fazer de cada coletividade, para transformar o conselho em verdadeiro espaço de gestão compartilhada.

O projeto de capacitação envolveu inicialmente as equipes técnicas e as lideranças comunitárias de dez unidades da Amazônia – seis do Pará, duas de Rondônia, uma do Amazonas e uma do Amapá.

- Resex Mapuá/PA
- RDS Itatupã-Baquiá/PA
- Resex Gurupá-Melgaço/PA
- Resex Tapajós-Arapiuns/PA
- Resex Arioca-Pruanã/PA
- Resex Soure/PA
- Resex Lago do Cuniã/RO
- Resex Rio Ouro Preto/RO
- Resex Médio Juruá/AM
- Resex Cajari /AP

Posteriormente, algumas mudanças ocorreram no percurso e estão descritas mais adiante.

A equipe técnica da Diusp foi envolvida e 18 técnicos – articuladores regionais – oriundos de diferentes unidades de conservação do País, alguns deles também gestores de Resex/RDS da região amazônica. Esses articuladores passaram a fazer parte da equipe técnica do projeto, contribuindo com o planejamento e a execução.

Um total de 374 pessoas, entre técnicos, articuladores regionais de conselhos e comunitários das unidades participaram.

Impacto esperado

- Fortalecimento da gestão participativa de Resex e de RDS, por meio de capacitação de seus conselhos deliberativos, garantindo a qualidade de vida das populações tradicionais envolvidas e a conservação dos recursos naturais.

Resultados esperados

- Proposta de metodologia para capacitação de membros de conselhos deliberativos de Resex e de RDS elaborada.
- Proposta de adequação da metodologia para os diferentes contextos locais consolidada.
- Capacitação dos conselheiros representantes das populações tradicionais das unidades realizada.
- Capacitação dos conselheiros em geral de cada unidade realizada;
- Publicação visando à difusão e à multiplicação dos resultados produzida.

O Projeto Occa segue as seguintes diretrizes adotadas nos trabalhos de formação dos conselhos de Resex e de RDS:

- A conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da unidade.
- A transparência dos processos de gestão das unidades, a adequação a cada realidade local e o envolvimento e participação de diferentes segmentos sociais.
- O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e representação social.
- O reconhecimento dos territórios tradicionais como espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais.
- A promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da unidade.
- A valorização e a integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais.
- A busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e à cidadania, respeitando suas especificidades e características socioculturais.

- A legitimidade das representações, a equidade de condições de participação e a capacitação continuada das populações tradicionais da unidade e dos conselheiros.
- A primazia na identificação, mobilização, organização e capacitação das populações tradicionais em relação aos demais atores envolvidos;
- A busca de condições financeiras para o funcionamento contínuo.
- A garantia de encaminhamentos efetivos às deliberações do conselho;
- A integração com políticas explicitamente orientadas pelos três eixos do desenvolvimento humano – educação, saúde e renda.

Foram previstas as seguintes etapas para a execução do Projeto Occa (Fig. 1):

Etapa 1

Uma oficina para estabelecer os elementos referenciais da construção coletiva de uma proposta de metodologia para capacitação de membros de conselhos deliberativos de Resex e de RDS em Brasília.

Público-alvo: articuladores nacionais de conselhos (equipe da Diusp/ICMBio em Brasília), articuladores regionais dos conselhos deliberativos, chefes das unidades abrangidas pelo projeto.

Nesta primeira etapa aconteceu o nivelamento de informações sobre o projeto e o compartilhamento de conceitos e princípios que deram o tom das ações seguintes, ou seja, a conformação dos pressupostos que orientaram toda a prática.

Etapa 2

Duas oficinas para adaptar a metodologia para os diferentes contextos locais. A primeira em Belém e a segunda em Porto Velho.

Público-alvo: articuladores nacionais de conselhos (equipe da Diusp/ICMBio em Brasília), articuladores regionais dos conselhos deliberativos, chefes das unidades abrangidas pelo projeto, e/ou presidentes dos conselhos, lideranças comunitárias das populações tradicionais envolvidas.

Nesta etapa, as estratégias metodológicas pré-selecionadas na etapa 1 foram tomadas como base. Dessa forma, as fases de planejamento e de execução das duas oficinas regionais perseguiram o aperfeiçoamento e a adequação da metodologia para se trabalhar com os conselhos de Resex, focadas nas realidades regionais. Nesse processo houve participação e envolvimento de lideranças comunitárias, dos gestores de Resex e dos articuladores regionais que contribuíram nessa construção.

Etapa 3

Dois seminários de capacitação das populações tradicionais e intercâmbio de experiências. O primeiro em Belém e o segundo em Porto Velho.

Público-alvo: articuladores nacionais de conselhos (equipe da Diusp/ICMBio em Brasília), articuladores regionais dos conselhos deliberativos, chefes das unidades abrangidas pelo projeto e/ou presidentes dos conselhos, lideranças comunitárias das populações tradicionais envolvidas.

Etapa 4

Dez oficinas de capacitação dos conselheiros comunitários (representantes das populações tradicionais) nas unidades envolvidas com o projeto.

Público-alvo: articuladores nacionais de conselhos (equipe da Diusp/ICMBio em Brasília), articuladores regionais dos conselhos deliberativos, chefes das UCs abrangidas pelo projeto e/ou presidentes dos conselhos, membros dos conselhos deliberativos de UCs envolvidas pelo projeto.

A última etapa do projeto exigiu o esforço articulado das equipes técnicas envolvidas (nacional e regional), gestores das unidades e lideranças comunitárias já capacitadas para adaptar as estratégias metodológicas ao processo de gestão vivido por cada UC – conselho formado, não formado ou em processo de formação –, plano de manejo e de utilização aprovados, sendo elaborados ou em processo de elaboração.

1ª Etapa

Primeira oficina em Brasília

2ª Etapa

Oficina Regional (Belém)

Resex Mapuá
RDS Itatupã-Baquiá
Resex Gurupá-Melgaço
Resex Cajari
Resex Arioca-Pruanã
Resex Soure

Oficina Regional (Porto Velho)

Resex Tapajós-Arapiuns
Resex Médio Juruá
Resex Lago do Cuniã
Resex Rio Ouro Preto

3ª Etapa

Seminário Regional (Belém)

Resex Mapuá
RDS Itatupã-Baquiá
Resex Gurupá-Melgaço
Resex Cajari
Resex Arioca-Pruanã
Resex Soure

Seminário Regional (Porto Velho)

Resex Tapajós-Arapiuns
Resex Médio Juruá
Resex Lago do Cuniã
Resex Rio Ouro Preto

4ª Etapa

Oficinas de Capacitação dos Conselheiros Comunitários

Resex Mapuá
RDS Itatupã-Baquiá
Resex Gurupá-Melgaço
Resex Cajari
Resex Arioca-Pruanã
Resex Soure

Oficinas de Capacitação dos Conselheiros Comunitários

Resex Tapajós-Arapiuns
Resex Médio Juruá
Resex Lago do Cuniã
Resex Rio Ouro Preto

Figura 1. Etapas de execução do Projeto Occa.

Mudanças ocorridas no Projeto Occa

Em função de variações cambiais, de mudanças institucionais na área ambiental federal e na execução das oficinas (uma Resex prevista no projeto não participou de nenhuma das atividades), foi necessário realizar as seguintes mudanças na estrutura do Projeto Occa:

- A ampliação da rede de colaboradores a esse Projeto, envolvendo outros servidores do ICMBio e do Ibama, na organização e na execução das atividades, capacita essa equipe e permite que a experiência do projeto seja replicada nas demais reservas extrativistas e áreas de proteção ambiental. Dessa forma, o número de pessoas envolvidas com cada atividade do projeto aumentou consideravelmente, gerando maior eficiência dos trabalhos e maior organicidade da equipe envolvida.
- A supressão dos dois seminários regionais e a alteração na programação das oficinas nos conselhos para priorizar a capacitação dos conselheiros representantes das comunidades tradicionais das unidades envolvidas.
- A exclusão da Resex Soure (PA) e a inclusão da Resex Capanã Grande (AM) e da Resex Terra Grande-Pracuúba.
- A realização de sete oficinas de capacitação de conselheiros.

Mesmo com as mudanças ocorridas, os resultados foram atingidos pelo Projeto Occa.

O propósito desta publicação é apresentar a experiência vivida e algumas reflexões sobre o processo de construção compartilhada de um método que vem sendo discutido e adaptado paulatinamente e absorvido por mais pessoas.

Ressalta-se que não se pretendeu, em nenhum momento, criar receita ou modelo único de capacitação dos conselheiros. A proposta metodológica construída obedece aos princípios da participação e precisa a cada aplicação ser adaptada ao contexto específico e atender demandas e necessidades de cada unidade de conservação.

A publicação, parte do Projeto Occa, pretende multiplicar seus resultados e colher sugestões e ideias para seu aperfeiçoamento. A construção e a aprendizagem continuam.



Participação: importância da gestão participativa em UCs

Durante o Projeto Occa, discussões relevantes ocorreram sobre os aspectos conjunturais e culturais a serem considerados para efetivar a gestão participativa em UCs.

O debate em uma das mesas da Primeira Oficina de Capacitação em Brasília (19/02/2008), após a palestra *Participação e protagonismo: construindo a dialogicidade pelo saber/fazer em busca da autonomia, da emancipação e da qualidade de vida*, proferida por Carlos Frederico Loureiro, foram levantadas questões do atual contexto mundial e brasileiro que são consideradas o pano de fundo da atuação em áreas protegidas em que se encontram as dificuldades a serem enfrentadas por quem atua nesses espaços. O texto *Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática*, escrito também por Carlos Frederico Loureiro e Cláudia Conceição Cunha, traz uma base conceitual e pressupostos que contribuem para garantir a consolidação de espaços públicos e democráticos de gestão em uma UC.

Reproduzimos, neste primeiro capítulo esse texto adaptado para esta publicação, entremeado com trechos transcritos dos debates ocorridos em 19/02/2008 na oficina de Brasília.

Elementos para pensar a gestão participativa em UCs¹

Em termos bastante sintéticos, enfocando aquilo que interessa à gestão participativa de uma unidade de conservação, podemos dizer que a democracia, **o poder que emana do povo**, é formalmente instituída em um país por meio de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões de interesse coletivo, em quais momentos isso é válido e quais os canais legítimos para tal. É por meio dos processos democráticos que se garante a participação política de cada cidadão, a livre associação, a escolha de grupos dirigentes e de nossos representantes no Governo e a proteção da vida individual. É por tais meios que se define a destinação dos recursos públicos e o sentido das políticas de Estado com efeitos diretos sobre as múltiplas dimensões da vida em sociedade.

O contexto democrático brasileiro e a criação de conselhos

A história de nosso país, após a Proclamação da República, foi marcada por autoritarismos e organização econômica desigual, afetando profundamente a possibilidade de exercermos a cidadania e constituirmos, de fato, um Estado democrático com canais institucionais mais diretos de participação e decisão.

Nos anos de 1980, diante da ação dos denominados movimentos sociais urbanos e da atuação política organizada de certos setores profissionais corporativos, principalmente na saúde, na educação e na assistência social, avanços foram obtidos com vistas à formação de espaços públicos **formais** (vinculados organicamente ao aparato estatal) ou não (livres formas de organização de espaços, de encontro e de atuação coletiva, dialogando com o Governo ou não, na busca da gestão de determinado problema ou território).

¹ Texto originalmente escrito por Carlos Frederico Loureiro e Cláudia Conceição Cunha para a revista Ambiente e Sociedade e adaptado por Nahyda Franca, consultora técnica do Projeto Gerenciamento e Capacitação em Reservas de Uso Sustentável na Amazônia, Projeto Occa, para esta publicação.

O resultado dessa movimentação política culminou na promulgação da Constituição de 1988, que prevê em seu art. 1º que *“todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”*. Isso abre possibilidade de criação de meios de participação popular (plebiscito, referendo, iniciativa popular de lei, audiências públicas, conselhos, comitês, fóruns, orçamento participativo, ouvidorias etc.). No que diz respeito ao meio ambiente, esse aspecto é reforçado no art. 225, quando impõe *“ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*, portanto, os sujeitos coletivos citados têm, perante a lei, possibilidade de exigir a proteção ambiental.

Entre os diversos meios de participação, os conselhos se destacam por constituírem um dos espaços de maior aceitação para estabelecer formas de gestão e diálogo entre as organizações da sociedade civil e governos na configuração do Estado e de políticas públicas específicas (setoriais, temáticas, de programas etc.). É certo que não devem ser vistos como “fórmula mágica” de garantia da participação e da democracia. Há um longo histórico de criação de conselhos dos mais diferentes tipos, em inúmeros países, com avanços e também muitos problemas de manipulação, burocratização e pouca autonomia de decisão. Eles precisam ser entendidos em suas contradições e potencialidades, constituindo-se em espaços públicos que merecem ser resguardados e fortalecidos com participação direta e nos quais aprendemos e decidimos com responsabilidade a construção de uma cultura democrática, popular e cidadã no Brasil.

Todavia, o modo como os conselhos voltados para a gestão de políticas públicas se configuraram e se estruturaram foi muito diferente. Vejamos alguns exemplos: em função de sua capacidade de organização e luta pela democracia no País, rapidamente os agentes sociais envolvidos com a consolidação dos sistemas de saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), de educação, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e de assistência social, por meio de Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), conseguiram inserir na estrutura normativa a obrigatoriedade de conselhos nas três instâncias do Poder Público. Nesses sistemas, praticamente foi universalizada a constituição de conselhos deliberativos e paritários, inclusive no plano municipal, no início desta década (CARDOSO, 2004).

No campo ambiental, apesar de o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), instituído a partir da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional de Meio Ambiente), prever a obrigatoriedade do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e de conselhos estaduais (Conemas) estimularem a descentralização administrativa, por meio da criação de conselhos municipais, encontra-se em fase de definição o que se pretende com a gestão participativa, compartilhada e descentralizada e qual ou quais modelos de participação se quer institucionalizar. Ainda hoje, esse tema encontra-se em discussão sobre as competências dos órgãos, nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal), na execução das políticas ambientais, o que incorre em diferentes possibilidades de intervenção da sociedade. Além disso, Acselrad (2001) chama a atenção para um crescente processo de esvaziamento sofrido pelo Conama, com enfraquecimento de seu papel político, decorrente, entre outras coisas, da criação de órgãos paralelos, ou seja, esse importante alerta levantado pelo autor nos faz pensar também sobre o fato de que nem sempre a multiplicidade de instâncias significa maior capacidade de gestão democrática. É preciso pensar, portanto, no arcabouço institucional como um todo e suas atribuições, garantindo aí, sem sobreposição de competências, a devida participação e regulação democrática.

De qualquer forma, vale destacar, diante dos objetivos deste capítulo, que o movimento democratizador nacional se refletiu nas unidades de conservação. Após 10 anos de discussões sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, até sua aprovação em 2000, ocorreram importantes avanços no campo da gestão participativa em UCs, processo com o qual se pretende, primordialmente:

- legitimar o avanço democrático que representa tais espaços públicos no âmbito das políticas de conservação e de proteção;
- compartilhar responsabilidades na proteção da UC, otimizando recursos e aprimorando ações;
- estabelecer relações entre a UC e o seu entorno, buscando integrar questões, ampliar a compreensão da realidade e resolver problemas de forma mais efetiva;
- valorizar a cultura local e modos alternativos e sustentáveis de organização e produção;

- garantir o diálogo e o acesso a informações estratégicas aos agentes sociais envolvidos com a gestão;
- garantir o diálogo com aqueles que são afetados pela criação da UC, seja pela obediência às normas específicas da categoria escolhida ou por ser colocados em situação de ilegalidade, com a criação de unidades de conservação de proteção integral, em locais anteriormente habitados.

Porém, é preciso reconhecer que são observados, na prática, problemas quanto à melhor forma de funcionamento dos conselhos, até mesmo por seu pouco tempo de existência. Também deve ser lembrado o histórico de conflitos e a ausência de estratégias de diálogo entre órgãos ambientais e agentes sociais populares envolvidos em áreas protegidas (o que tem gerado um contexto de mútua desconfiança e um afastamento que dificulta a reversão do cenário centralizado de gestão ambiental dominante no País). O fato de muitas UCs terem sido criadas de cima para baixo, sem a participação social em sua definição, dificulta o sentido de pertencimento que auxilia na criação de um espaço de tomada de decisões em que é necessária confiança na obediência das normas estabelecidas e acordadas no grupo.

Box 1. Debate ocorrido na oficina de Brasília, Projeto Occa, em 19/02/2008, sobre a criação de conselhos deliberativos.

O conselho deliberativo é uma **arma** nova e muito forte e não se tem ainda muita clareza sobre o papel de cada um: dos técnicos do ICMBio, dos chefes de unidades, dos conselheiros comunitários e dos demais conselheiros. A quem queremos fortalecer? Quando nós, técnicos, chegamos à Resex não perguntamos a eles (comunitários e usuários) o que eles querem e se o que oferecemos é interessante (em referência aos conselhos, como os de gestão compartilhada). A construção de cada passo pode ser muito difícil. Enquanto para uns a UC é uma área de preservação, para outros (moradores, principalmente) é uma forma de legalização do uso da terra e de administrar esse uso. Não existe ainda, em muitos grupos, clareza sobre qual o papel de cada um na consolidação dos conselhos.

Quando falamos de gestão participativa relacionada aos temas do Snuc, a entendemos como se tivesse iniciado antes do ato de criação da unidade, por meio de consultas públicas, com ampla participação dos setores envolvidos na definição da localização, dimensão e limites da UC, como preconiza a lei, e de debates sobre a categoria a ser adotada, como vem mostrando a excelente estratégia para dirimir problemas que, ao contrário, só apareceram posteriormente (MMA, 2004). Caso esse processo seja respeitado, depois de criada a unidade, o ambiente de negociação e de gestão democrática será fortalecido com os conselhos das UCs. A criação de um conselho gestor tem acontecido, na maioria das vezes, quando começa uma discussão dos conflitos envolvendo a unidade que não faz parte do espaço geográfico do órgão gestor, mas que, principalmente, os reúna em um mesmo espaço. Essa discussão inclui setores de ambientalismo dos grupos mais diretamente afetados.

É fundamental que a formação dos conselhos nas UCs seja priorizada politicamente por parte do Governo Federal e de grupos sociais envolvidos com a questão ambiental, sob princípios compatíveis com uma perspectiva participativa e democrática de gestão, e com uma visão integradora social-natural, testando e aprimorando metodologias capazes de viabilizar tais espaços públicos em todas as UCs do território nacional (Box 1).

O modo como os conselhos entram em sua fase de implantação e de funcionamento vai depender muito da percepção ou do significado que se atribui ao ambiente e à cultura por parte dos agentes envolvidos (governamentais ou não).

Ainda hoje convivem, basicamente, duas formas de pensar a unidade de conservação, afetando diretamente à medida que se aceita a gestão participativa e integrada: a primeira, como um meio de proteger a natureza da “ação humana”, que é pensada sem ser situada socialmente, como se estivéssemos fora da natureza; a segunda, como um espaço criado para a proteção e igualmente para a promoção da sustentabilidade e da dignidade de vida, cumprindo determinadas funções sociais.

No primeiro caso, a concepção de unidade de conservação estabelece a separação entre natureza e cultura, como se o próprio conceito de natureza não fosse cultural, oriundo das relações sociais,

como se a cultura não fosse uma manifestação de nossa espécie, portanto, natural. O segundo caso busca entender como a sociedade cria seus mecanismos de proteção e de sustentabilidade e quais seus efeitos para a população.

A concepção, os critérios e as normas que instituem as unidades de conservação, ao defini-las como **espaço territorial e seus recursos ambientais (...) com características naturais relevantes** (BRASIL, 2000), negam que haja interação entre grupos sociais no espaço protegido. Por isso, as comunidades localizadas no entorno das UCs, ou no seu interior, foram excluídas da gestão e ainda são direta ou indiretamente atingidas pelas restrições de uso que são impostas (situação mais evidente ainda nas de proteção integral). As restrições ao uso pelas comunidades, sem que os limites sejam definidos por processo democrático, provocam percepção negativa sobre as UCs, anulando os esforços feitos em busca da conservação e do uso sustentável.

Ressaltamos que, apesar dessa definição do Snuc, existe uma categoria de UC (reservas extrativistas) que protege o modo de vida e a cultura da população residente. Essa aparente contradição reflete o campo de disputas e de conflitos entre as diferentes posições do movimento ambientalista e outros grupos que participaram do longo processo de discussão do Snuc (MEDEIROS, 2006).

O fato de se dar significado a remanescentes de áreas naturais, como é o caso de unidades de conservação, pela oposição da natureza à cultura, fez com que ficassem por muito tempo ausentes, na discussão da questão ambiental, temas como *cidadania*, *participação* e *controle social*. É preciso superar essas dicotomias e buscarmos, simultaneamente, a sustentabilidade e a democracia nos processos de conservação da natureza.

Mesmo reconhecendo as atribuições legais dos órgãos ambientais e suas especificidades, não se pode perder a noção de qual é a sociedade em que se dá a gestão ambiental, e quais as implicações dessa sobre os grupos sociais, principalmente os de maior vulnerabilidade e risco socioambiental.

Independentemente do avanço de incorporar a participação da sociedade na implementação das políticas ambientais e, em especial, na gestão de unidades de conservação, é preciso registrar que tanto

a Lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) quanto o seu decreto de regulamentação, nº 4.340/2002, citam superficialmente normas e diretrizes relacionadas à democratização dos procedimentos de criação dessas áreas protegidas e de seus instrumentos de gestão. Isso faz com que os gestores de unidades de conservação tenham diferenciados entendimentos e práticas no que diz respeito à implantação e ao funcionamento dos conselhos. Segundo o documento *Gestão Participativa do Snuc* (MMA, 2004).

“As atividades para criação desses colegiados têm geralmente se constituído em processos restritos a poucas entidades, sendo comum que os convites para participação sejam direcionados prioritariamente a órgãos públicos e ONGs ambientalistas, cabendo a participação de outras organizações sociais apenas à imposição legal de paridade entre representantes de entidades públicas e da sociedade civil. Mesmo assim, nota-se a tendência para se convidar entidades que representem os interesses empresariais e de segmentos urbanos, em detrimento das formas de organização de moradores e dos produtores mais diretamente relacionados à unidade de conservação”.

Quanto aos órgãos ambientais, acreditamos que a instituição e o funcionamento dos conselhos devem fazer parte da previsão orçamentária da UC, como uma atividade prioritária para a sua implantação. O que se percebe é que, fora os sucessivos cortes orçamentários pelos quais a área ambiental recorrentemente passa, a implementação desse instrumento de gestão fica à mercê de projetos com financiamentos, na maioria das vezes externos, ou parcerias com instituições privadas, o que acarreta eventuais choques de prioridades ou falta de sensibilidade quanto à dinâmica e infraestrutura local. Isso demonstra pouco reflexo do discurso de participação e de controle social na distribuição de recursos financeiros, comprometendo a autonomia necessária ao processo de gestão ambiental defendido.

Nesse contexto, há de início uma tensão existente entre o papel que cumprem os conselhos e a sua finalidade, para que possam, de fato, imprimir um novo formato às políticas públicas e ao processo de tomada de decisões, isto é, de sua democratização. Concordamos, assim, com Demo (2004, p. 76) quando afirma que *“a participação não elimina poder, mas busca alternativa de controle democrático”*.

Outro fato a considerar é que, fora as amplas orientações contidas em lei, não há uniformização de procedimentos para o funcionamento de um conselho. Essa situação de ambiguidade faz com que, em geral, isso seja *“entendido e tratado de acordo com o perfil técnico, político ou ideológico dos funcionários mais diretamente envolvidos pela condução dos assuntos relacionados à gestão participativa das unidades, ou deles eventualmente encarregados”* (SALES, 2004). Como consequência, temos comumente observado a frustração quanto às expectativas de segmentos da sociedade envolvidos com os conselhos das unidades de conservação, o que não invalida a conquista do instrumento enquanto possibilidade de ampliação dos procedimentos democráticos na sociedade brasileira.

No entanto, esforços na área federal têm sido realizados para melhorar os processos de criação e capacitação dos conselhos deliberativos de Resex e de RDS. Desde 2005, iniciativas com ampla participação de gestores dessas unidades, educadores ambientais, acadêmicos e representantes das populações tradicionais têm sido empreendidas para definir diretrizes, normas e procedimentos para a formação e o funcionamento dos conselhos deliberativos de Resex e de RDS e também para elaborar metodologias de capacitação desses espaços de gestão participativa. Podemos verificar, assim, que apesar das dificuldades encontradas, avanços importantes na implementação dos conselhos deliberativos de Resex e de RDS têm ocorrido e também contribuído para algumas experiências exitosas de elaboração de planos de manejo dessas unidades.

Portanto, no caso das UCs, em que o conselho é uma exigência do Snuc e, portanto, algo que temos de viabilizar, o trabalho deve ser conduzido com o objetivo de torná-lo uma instância democrática e legitimada pelos diferentes agentes sociais envolvidos na gestão de UCs. Na consolidação de um conselho, isso implica levar em consideração as disparidades na capacidade de participação, de modo a criar condições para a real democratização do processo decisório. Essa situação só é possível se houver o envolvimento efetivo daqueles grupos sociais que sempre estiveram à margem das medidas decorrentes da gestão e se constituem, normalmente, nos mais afetados pela existência das áreas protegidas. Sabemos que

essa estratégia leva a desafios com visões de mundo diferenciadas e, principalmente, com diferentes formas de estar, de compreender e de se compreender no mundo. Isso exige habilidade de todos, particularmente dos gestores públicos, para construir um entendimento comum que possibilite o diálogo e a tomada de decisões de forma a não haver sobreposição de uns pelos outros ao utilizar-se, por exemplo, de uma forma de linguagem que seja incompreensível para determinado grupo social.

A palavra participação diz respeito a **tomar parte**, mas é preciso entender que isso não é algo espontâneo ou dado, mas aprendido e conquistado, pois participar remete necessariamente a distribuir poder – a quem ganha e a quem perde na sociedade – quando se define algo que regula as práticas coletivas. Para assegurar um processo participativo e igualitário na tomada de decisão e de deliberação, é preciso desenvolver ações de mobilização, envolvimento, garantias de presença nas reuniões e formação que possibilitem aos membros do conselho uma intervenção qualificada, sobretudo, daqueles em condições de maior vulnerabilidade socioambiental (Box 2 e 3). No planejamento e na realização das ações, é preciso considerar as desigualdades existentes: nas possibilidades de deslocamento e permanência (horas ou dias disponibilizados sem prejuízos à integridade e à satisfação de necessidades básicas dos conselheiros e familiares); no acesso a dados e informações; na infraestrutura de suporte que cada grupo social e instituição podem oferecer aos seus representantes e ao próprio funcionamento do conselho; no domínio da linguagem científica e burocrática².

² Há segmentos da sociedade brasileira que conhecem muito bem os ecossistemas em que vivem por tradição familiar ou ocupacional. Porém, não dominam o linguajar científico e nem têm os meios organizativos para intervir na gestão ambiental pública. Assim, não conseguem fazer valer seus direitos na disputa pela administração dos bens naturais do País, sendo, por isso, muitas vezes, excluídos da representação política (é o caso de índios, pescadores, população extrativista, grupos religiosos informais etc.). Representantes de setores técnicos e burocráticos também carecem, muitas vezes, de conhecimento da dinâmica local de organização e produção, para que se efetive o diálogo de saberes necessários para a formulação de políticas que venham atender às necessidades dos grupos envolvidos, levando-os a simplesmente ignorar as demandas e os posicionamentos desses atores.

Box 2. Parado não se erra, mas não se muda nada.

“...a palavra-chave deve ser **processo**. Não existe uma só forma para se agir em direção ao fortalecimento das bases comunitárias para que estas se façam representar nos espaços disponíveis. Só se faz o caminho, caminhando, erros terão muitos, mas só erra quem caminha. Parado não se erra, mas também não se muda nada” (palavras do Professor José Quintas – palestra proferida na oficina de Brasília).

Box 3. É essencial manter a tradição do processo participativo.

“Há lugares onde você tem mais tradição de organizar. Um histórico de luta mais antigo em que as pessoas já estão culturalmente mais afinadas com a ideia de se envolver para reivindicar, pleitear direitos e lutar para a garantia da sua história, da sua cultura etc., e tem lugares que não, que vêm de uma herança nossa, de constituição de um estado que é paternalista, assistencialista, autoritário, que trabalha na lógica da cooptação. Então tem lugares onde a própria tradição permite que isso funcione de modo mais rápido e outros lugares não, mas não quer dizer que você tenha que abrir mão do processo. Os ritmos são diferenciados, mas o processo tem de ser garantido porque afinal de contas é uma questão de coerência com aquilo que a gente está defendendo (Carlos Frederico Loureiro – palestra proferida na oficina do Projeto Occa de Brasília).

Portanto, cabe ressaltar que apesar da importância da paridade de **quantitativa** na representação do conselho (entendida em suas diferentes dimensões), esta nada representa se não for garantida a paridade **qualitativa**, que assegure processos educativos que criem possibilidades reais de entendimento e intervenção entre os diferentes grupos representados (GOMES FILHO et al., 2006). É imprescindível atentar que não basta identificar atores relacionados à UC e reuni-los em determinados momentos obrigatórios por lei. Para que o conselho esteja efetivamente formado como instância democrática de decisão, é necessário que haja um processo constante de construção de conhecimentos que não se prestem a simples tradução, mas que demonstrem a articulação dos diferentes saberes, reconhecendo a heterogeneidade do espaço público.

Como bem coloca Arnstein (2002), *existe uma diferença fundamental entre passar pelo ritual vazio da participação e dispor de poder real para influenciar os resultados do processo*. Não é incomum que o discurso da participação sem distribuição de poder e garantia de condições materiais de envolvimento permita a manipulação ou, no máximo, que se façam consultas à comunidade sem uma real parceria entre os agentes sociais e o controle da gestão da unidade (Box 4).

Box 4. Influência das relações sociais na estruturação dos conselhos.

Historicamente, as relações que se estabeleceram socialmente no Brasil obedecem a certos padrões de submissão e exclusão. Isso implica que para haver emancipação será necessária a superação dessas relações excludentes. A **condição de igualdade** e não de tutela ou de coerção exige igual capacidade de definir, decidir e escolher. Esses aspectos vão incidir no modo como o conselho, enquanto instrumento da gestão participativa, vai se estruturar. Por exemplo, a linguagem utilizada em processos coletivos (reuniões) precisa ser adequada. E a participação, que muitas vezes é utilizada apenas como “consulta”³ ou como “cooptação”, precisa garantir a partilha do poder decisório. Há lideranças que são cooptadas para a máquina do Estado, provocando a desmobilização das bases quando estas não têm sua organização bem consolidada. Chamo a atenção para o trabalho voluntário ou a participação no nível individual, que pode também esvaziar a capacidade de organização coletiva e de intervenção efetiva nas estruturas do próprio Estado, ou seja, em todas essas práticas ditas participativas, a estrutura do Estado permanece descolando a dimensão econômica da dimensão política, garantindo que os núcleos de decisão sejam preservados em cima de uma aparente **participação e democracia**. Esses são aspectos que precisam estar cada vez mais claros e compreendidos, pois iremos atuar nessa realidade (aspectos levantados por Carlos Frederico Loureiro durante palestra proferida na oficina do Projeto Occa em Brasília).

³ Abrem-se espaços públicos em que as pessoas podem manifestar-se, mas, na verdade, o poder de decisão continua centralizado.

Pressupostos para a estruturação de conselhos

As considerações a seguir estão apresentadas, com outra configuração, no documento do Ministério do Meio Ambiente – Princípios e Diretrizes para a Gestão Participativa de Unidades de Conservação – Parte I⁴ e na publicação conjunta Ibase/Ibama *Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*⁵. Podem ser esquematizadas para facilitar a compreensão da seguinte forma:

- Em termos gerais, é preciso que o Ministério do Meio Ambiente, em especial o Ibama e o ICMBio, os que já integram os conselhos formalizados no País e demais agentes sociais mobilizados pela questão estabeleçam amplo debate nacional sobre a urgência de se normatizar a composição, as competências, as estruturas funcionais e os direitos e deveres dos conselheiros (sem com isso impedir ou inviabilizar as adaptações locais e o respeito à especificidade organizativa cultural de cada UC).
- Os conselhos devem ser entendidos como espaços legalmente constituídos e legítimos para o exercício do controle social na gestão do patrimônio natural e cultural e não apenas como instância de consulta da chefia da UC. O seu fortalecimento é um pressuposto para o cumprimento da função social de cada UC.
- É de competência do conselho não só o descrito em lei (elaborar o regimento interno, avaliar orçamentos e contratos, acompanhar a elaboração e a revisão de planos de manejo), mas também a ação política e o sentido de permanência às atividades que visam à sustentabilidade da UC.
- O conselho deve se constituir na representação mais fiel possível, de forma justa, do conjunto de grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente com a dinâmica da UC, independentemente de serem esses beneficiados ou prejudicados por sua existência.

⁴ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas protegidas do Brasil. Vol. 2. Brasília, 2004.

⁵ LOUREIRO, C. F. B. et al. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. 2.ed. Rio de Janeiro: Ibama, 2005.

- É fundamental, como princípio norteador, o respeito às diferentes formas de organização social na UC e no seu entorno, na definição da composição do conselho e na condução das prioridades políticas e de projetos.
- A nomeação dos conselheiros deve ocorrer por indicação das entidades envolvidas, respeitando a distribuição por setor, cabendo à chefia da unidade o recebimento das indicações e as devidas providências administrativas.
- Um conselho só deve ser criado ou reestruturado tendo por princípio o estabelecimento de um extenso processo de mobilização dos agentes sociais; o conhecimento da realidade socioambiental da unidade de conservação; a socialização e o acesso a informações sobre essa, e a organização de encontros setoriais e ampliados, que permitam o envolvimento e a tomada de decisão por aqueles que irão compô-lo ou que por esse espaço se interessam. Isso é o que permite a consolidação democrática da composição e estrutura de funcionamento, com igualdade de condições para a participação e a tomada de posição.
- Como forma de ampliar a participação dos interessados nas atividades do conselho e como garantia de uma contínua atuação desse junto às populações do entorno da UC, o conselho deve criar câmaras técnicas ou grupos de trabalhos permanentes e temporários, indicando responsabilidades e prazos delimitados. Pode-se também pensar em outras instâncias (como assessorias especializadas, sem direito a voto, que atendam à diversidade e à complexidade de necessidades locais).
- O conselho deve estabelecer estudos científicos que orientem as discussões internas e criar mecanismos permanentes de avaliação (indicadores) e de comunicação com as comunidades.
- A capacitação dos conselheiros e da equipe técnica da UC precisa ser garantida simultaneamente ao processo de estruturação ou reestruturação do conselho e após sua consolidação, envolvendo temas internos e externos ao seu funcionamento;

- A criação de meios de comunicação permanentes com as comunidades, divulgando o trabalho feito e envolvendo-os no processo, é o meio para garantir o acesso a informações qualificadas e compreensíveis.
- O regimento interno deve ser elaborado para definir claramente as “regras do jogo”, tomando cuidado para garantir que a convocação possa ser feita não só pelo presidente do conselho, mas pela maioria simples dos conselheiros, ou, mesmo, 1/3 dos conselheiros, dependendo das características locais, além de impedir aspectos de caráter autoritário, como poder de veto e **voto de desempate** pelo presidente do conselho.

Critérios que ajudam a avaliar a gestão participativa em UC

Diante do que foi argumentado e indicado em leis, podemos dizer que só com democracia teremos uma sustentabilidade mais ampla e que, para isso, é necessário criar espaços públicos e fortalecer os instrumentos constitucionais existentes. E, certamente, dentro de suas atribuições, os conselhos são uma expressão disso. Contudo, como saber se os processos de gestão de unidades de conservação têm caráter democrático? É preciso ter instrumentos de regulação democrática, internos e externos ao conselho.

Apresentamos alguns critérios para indicar a avaliação de gestão participativa como sugestões iniciais que ajudem cada conselho de UC a definir seus próprios parâmetros. Eles foram estudados em Cozollino (2005), com base na publicação de Graham, Amos e Plupmtre (2003) produzida para a Conferência da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), realizada em Durban, sobre áreas protegidas.

Fizemos uma adaptação dessa proposta, dando ênfase à avaliação do próprio conselho, por meio de instrumentos quantitativos e qualitativos. Lembramos que tais instrumentos devem ser simples, de fácil leitura, adequados aos objetivos do conselho, aos conselheiros e a seu público. O fundamental não é apenas mostrar resul-

tados (como se o principal fosse **prestar contas da atual gestão**), mas garantir a disponibilidade de elementos objetivos que balizem as discussões e o aprimoramento do processo de gestão e de tomada de decisão.

Para isso, sugerimos cinco itens:

1 Legitimidade para decisão:

- *Participação* – aqui se deve pensar em avaliar: (1) a capacidade de todos os envolvidos em tomar decisões (o que envolve estar presente, o tipo de linguagem utilizada nas reuniões e o acesso a informações estratégicas para a tomada de posição) (Box 5); (2) a quantidade e a representatividade das associações na gestão da UC; (3) a atuação por associações e/ou indivíduos nas atividades e nas reuniões promovidas na UC, sejam essas reuniões ordinárias ou extraordinárias do conselho, encontros promovidos por um grupo de trabalho ou câmara técnica do conselho, ou ainda qualquer outra atividade aberta e de interesse para a gestão da unidade; (4) a existência de um contexto de livre associação que favoreça a organização e a atuação coletiva das populações (Box 6).

Box 5. Participar é difícil?

A participação é difícil exatamente por que ela vai na contramão do que está aí. Não é difícil porque ela é conceitualmente errada (...), é difícil porque ela tenta emplacar e concretizar coisas que vão na contramão do que está gerando a situação de destruição que vivemos hoje... (aspectos levantados por Carlos Frederico Loureiro durante palestra proferida na oficina do Projeto Ocça, em Brasília).

- *Descentralização* – contexto de autonomia em tomadas de decisão aliado à existência de instâncias de controle social, respeitando as exigências e as normas estabelecidas em lei.

2 Eficácia e eficiência dos instrumentos de gestão:

- *Existência de instrumentos de gestão* – produção de plano de manejo e regimento interno do conselho, entre outros; atualidade dos instrumentos; existência e emprego de um plano anual de gestão; participação da população na elaboração dos instrumentos.
- *Visão estratégica* – existência de projetos amplos e de longo prazo para o desenvolvimento humano e para a conservação da natureza, evitando o tafetismo, ou seja, a atuação apenas para atendimento de demandas, sem planejamento estratégico.

3 Desempenho (efetividade) da gestão:

- *Coordenação de esforços* – capacidade da chefia da unidade e dos conselheiros em coordenar os esforços entre os parceiros e os setores sociais.
- *Informação ao público* – disponibilidade para conselheiros e o público em geral de informações que permitam acompanhar o processo de gestão.
- *Efetividade e eficiência* – avaliação global das relações entre resultados alcançados, atividades planejadas e executadas e o bom emprego dos recursos disponíveis.

4 Prestação de contas (accountability):

- *Definições de responsabilidades e transparência* – quem presta contas de que e a quem, e de que modo isso é feito.

5 Equidade:

- *Imparcialidade na aplicação de normas* – existência de normas claras, acessíveis e aplicadas ao conjunto dos envolvidos.
- *Equidade no processo de gestão da UC em relação ao entorno* – respeito aos direitos e às práticas de populações tradicionais ou de residentes, dentro do que legalmente é possível; reconhecimento de injustiças e danos sociais resultantes da gestão da UC, quando for o caso.

Box 6. O nosso papel é dar igualdade de condições aos grupos historicamente excluídos do processo econômico e de decisão.

Não ache você que é fácil sentar com a direção da Vale do Rio Doce ao lado de representantes de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro ou de ribeirinhos de Goiás, e que eles estão ali em condição de igualdade de discutir e decidir. Alguém acredita nisso? Então o papel nosso é, sim, induzir e dar condições para que aqueles grupos que historicamente estiveram excluídos do processo de decisão e do econômico possam ter condição de decidir em igualdade. O nosso papel, sendo do interesse público e respeitando, as premissas que estão em lei é, sim, favorecer esses grupos, não no sentido clientelista, mas exatamente para superar as relações de dominação que construíram este País. Então, priorizar sujeitos do processo educativo é um caminho metodológico. Por quê? Por que não são todos iguais (...). Não podemos acreditar numa visão dualista de que racionalmente o diálogo vai fazer todo mundo chegar a um consenso. Não, isso não existe, essa coisa de que vai haver consenso pela conversa, simplesmente não existe porque as pessoas estão socialmente localizadas, as pessoas têm interesses diferentes, necessidades diferentes, e lutam por projetos que são diferentes (...). Esta é uma sociedade desigual e preconceituosa. A gente precisa estar consciente disso, precisa tratar isso no seu devido lugar (aspectos abordados por Carlos Frederico Loureiro durante palestra proferida na oficina do Projeto Ocça, em Brasília).

Considerações finais

Com base nos aspectos discutidos, ressaltamos que além da necessidade de efetivar a gestão participativa nas UCs por meio de seus conselhos, como condição de exercício da democracia, precisamos estar cientes dos desafios existentes para seu funcionamento, de forma coerente com o ideário de gestão democrática e não apenas como um cumprimento de imposição legal. Seja de ordem administrativa, financeira ou de posicionamento político/pessoal do gestor da UC e de outros atores, muitas dificuldades se impõem para o real funcionamento desse espaço, de forma a contemplar a diversidade de interesses envolvidos com a intenção de negociá-los em condições que garantam a participação.

Dessa forma, é necessário adotar critérios que visem dar transparência e consistência ao processo de criação e ao funcionamento dos conselhos, buscando suprir as fragilidades observadas na legislação e potencializar os avanços já conseguidos. Sabemos que muitas experiências vêm sendo desenvolvidas em várias regiões e categorias de UC, e acreditamos que a troca dessas experiências com o fortalecimento de momentos de avaliação/reflexão sobre suas implicações é excelente instrumento para que essas iniciativas se consolidem com a percepção de trabalho colaborativo que associe as iniciativas isoladas em momentos de aprendizagem.

Box 7. Democracia é:

(1) segurança de que as pessoas tenham justo acesso ao que é socialmente produzido (bens de uso, conhecimentos, tecnologia etc.) e à base natural vital (água, terra, ar etc.), possibilitando uma vida digna, sustentável e ambientalmente equilibrada; e (2) condição efetiva de se organizar coletivamente, atuar na definição do próprio arranjo das instituições da sociedade que configuram formas econômicas específicas de se produzir, consumir, distribuir e legitimar culturas. Definição apresentada por Carlos Frederico Loureiro em palestra proferida na oficina de Brasília – Projeto Occa, em 19/02/2008.

2. Reservas extrativistas: o que são, como surgem e a quem interessam?⁶

Júlio Barbosa – Vice-Presidente do Conselho Nacional de Seringueiros e da Resex Chico Mendes, Xapuri, Acre, esteve presente nas oficinas regionais de Belém e de Porto Velho realizadas pelo Projeto Occa, participando de mesa-redonda sobre o tema *Nivelando informações sobre a gestão de Resex* e dos debates ocorridos após a projeção do vídeo *Encontros de Seringueiros; 1º Encontro Nacional – 1985 e 1º Encontro de Lideranças de Resex e de RDS – 2006*.

Introduzindo o debate da mesa, Júlio relatou o histórico de criação das Resex e das políticas públicas que as regulam. Iniciou sua fala abordando o significado da palavra *reserva extrativista* que surge diante de um conflito muito forte ligado à extração da borracha, no século passado. Destacou que desde que começou a ocupação das terras brasileiras, a borracha aparece como produto estratégico para alimentar as guerras que ocorriam no mundo, na época. Naquela ocasião, os índios não extraíam a borracha, pois, para eles, a seringa fazia parte da floresta sagrada.

“(…) os soldados da borracha eram meninos de cerca de 15 anos, em sua maioria vindos do Nordeste, dos estados do Ceará e Paraíba, que tinham duas opções na vida, ou iam para as guerras ou iam tirar borracha na Amazônia, para exportação do produto. Os patrões nordestinos montavam, de forma

⁶ Texto adaptado por Nahyda Franca, consultora técnica do Projeto Occa, das palestras realizadas durante as oficinas deste projeto em Belém e Porto Velho, em março e abril de 2008.

ordenada, a vinda de muitas pessoas para explorar organizadamente a borracha (eram os coronéis, os patrões) que construíam, assim que chegavam, o barracão – todo estruturado e organizado”.

“(…) as cidades do Amazonas se organizaram às margens dos grandes rios. Eram pequenas vilas que foram, aos poucos, adensando-se. Em Xapuri, no estado do Acre, uma vez por ano chegava mercadoria de Belém. Essa mercadoria era de um dono só, que a trocava pela borracha extraída e estocada nos barracões. A mercadoria chegava apenas uma vez por ano na casa dos seringueiros”. (GONÇALVES, 2003)

Os locais de beneficiamento da borracha eram Belém, Manaus, Guajará-Mirim e Porto Velho, em algumas dessas cidades algumas obras foram construídas integralmente com o dinheiro da exploração da borracha como o “Teatro da Paz” em Belém e o “Teatro do Amazonas” em Manaus, e consideradas obras-primas arquitetônicas.

Nos anos de 1980, começa a grande discussão sobre o modelo de reforma agrária proposto para a Amazônia.

“(…) na reforma agrária proposta pelo Incra os lotes passados aos seringueiros eram quadrados. Só que as terras que os seringueiros ocupavam não eram quadradas e, sim, seguiam as margens dos rios, onde havia água e floresta (GONÇALVES, 2003).

Nessa discussão, o papel de liderança de Chico Mendes foi extremamente importante. Era preciso substituir os quadrados pelas manchas de terras ao redor dos rios e matas. Os coronéis fizeram isso, aprenderam com a organização dos índios, depois mataram quase todos. A sabedoria indígena é que orientou as estruturas dos barracões. Essa estrutura durou até 1966. Até essa data, os seringueiros eram instrumentos de trabalho para sustentar a estrutura, que, quando faliu, os bancos de créditos da borracha também faliram.

“(…) Acabando com o banco de créditos da borracha abriu-se para a Amazônia uma nova visão de desenvolvimento que não era mais a borracha, não era mais a floresta, não era mais o seringueiro, eram os grandes projetos de colonização. Veio com isso a agricultura, os projetos de agricultura do Incra e os projetos de pecuária que seriam as grandes fazendas. Como os barracões faliram, muitos patrões terminaram essa história ficando pobres e entregaram os seus seringais para o banco,

porque eles deviam ao banco e o banco passou os seringais para os novos fazendeiros” (GONÇALVES, 2003).

A construção da Transamazônica, do Pólo Noroeste e da Calha Norte eram projetos do novo modelo de desenvolvimento para a região que diziam, era um vazio sem gente. Júlio Barbosa mencionou que a partir daí começa a entrada de bóias-frias e de grandes empresas que substituíam os barracões. Chegaram, nessa época, as grandes madeireiras (1970) e os primeiros conflitos fortes que dariam origem aos conflitos de disputa pelas terras.

As palavras de Chico Mendes no 1º Encontro Nacional de Seringueiros registradas in **Geografando nos varadouros do mundo**⁷ reforçam o depoimento de Júlio Barbosa:

“Só na minha região, de 1970 a 1975, foram destruídas pelo fogo e pelas motosserras 180 mil árvores de seringueiras, 80 mil de castanheiras e mais de 1,2 milhão de árvores medicinais que foram devoradas e transformadas em pastagens. (...) Toda essa situação, as políticas de desenvolvimento financiadas pelos bancos internacionais, como é o caso do Pólo Noroeste em Rondônia, começaram a afetar inclusive as grandes empresas madeireiras” (GONÇALVES, 2003, parte IV, p. 546).

Em 1980 esse processo se acirra. A notícia de **O Varadouro, um jornal das Selvas**, de Rio Branco, em sua edição de maio de 1980, ilustra bem o clima naquele momento:

“É quase **verão** no Acre e dentro de mais algumas semanas o tempo estará suficientemente firme e propício para se fazer grandes derrubadas. Nos municípios de Xapuri, Brasileia, Assis Brasil, Sena Madureira, Tarauacá, onde se concentra o grosso das fazendas dos **paulistas**, os seringueiros, posseiros, colonos e alguns grupos indígenas estão de sobreaviso, enquanto os fazendeiros e seus prepostos já tomaram as providências para fazer funcionar as motosserras de qualquer jeito. “No Pontei, Iracema, no Porvir, Santa Fé, Nazaré o povo já avisou que não vai consentir desmatagem”, adverte o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Luís Damião (GONÇALVES, 2003, parte IV, p. 519)”.

⁷ GONÇALVES, C. W. P. Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista). Brasília: Ibama, 2003.

Gonçalves (2003) afirma que a identidade do seringueiro e do que se denomina de movimento dos seringueiros da Amazônia só existe como tal, ou só se construiu de forma explícita, no início da década de 1980 a partir dos conflitos surgidos na Amazônia Sul-Occidental, no estado do Acre, sobretudo no vale do Rio Acre e, mais especificamente ainda no município de Xapuri. Ressalta, ainda, que, no Acre dos anos de 1970 e 1980, a relação que o movimento dos seringueiros teceu junto ao movimento indígena serviu como uma das fontes inspiradoras para as reservas extrativistas. Esse autor destacar também que o uso comum dos recursos naturais era uma prática inscrita no cotidiano desses **camponeses florestais** (Box 8).

“É que no Acre as circunstâncias das lutas políticas acabaram por ensejar uma aproximação entre o movimento seringueiro e o movimento indígena e, assim, a dimensão do uso comum dos recursos naturais foi diretamente assimilada a essa influência indígena. Mais do que isso, o fato da primeira reserva extrativista ter sido a do Rio Tejo, na Bacia do Rio Juruá, é uma indicação de que essa imbricação indígena-seringueira é profunda” (GONÇALVES, 2003, parte IV, p. 552).

Júlio Barbosa também cita o processo de ocupação da Amazônia e dentro desse, a importância do modelo indígena para a formação do conceito de reserva extrativista, desde o momento que este foi idealizado, até quando foi formulado em decreto e transformado em política pública. Segundo esse autor:

“(…) e antes de chegar a exploração do branco na Amazônia já existia população que era a população indígena que já a ocupava, e eles tinham o modelo. Se a gente for olhar o modelo de organização dos índios através das aldeias, através das suas moradias e quando hoje a gente vai para o estado do Amazonas, para o estado do Amapá e toda aquela região do Pará, que é a região das águas, a gente vê como é que são organizadas também as comunidades. Elas são constituídas em agrovilas em pequenos povoados concentrados às margens dos rios. É uma concentração de pequenas comunidades ribeirinhas coletoras de açaí ou de castanha, no caso do Amapá e também do Pará, e do pessoal da Ilha no Marajó, concentrado em grupos de 50, 60 famílias. E ali tem o espaço de exploração que é comunitário misturado com o individual. Aquilo foi exatamente copiado a partir da experiência de como os índios também se organizavam”.

Box 8. Uso comum dos recursos naturais.

O **uso comum dos recursos naturais** está na base da criação das reservas extrativistas. A posse da terra não é o que interessa.

Em 1985 dois importantes eventos contribuíram enormemente para aprofundar as discussões acerca da criação das reservas extrativistas. O primeiro deles foi o *IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais* realizado em Brasília entre 15 e 30 de maio de 1985. Nesse encontro, os seringueiros conseguiram aprovar a proposta de que a reforma agrária deveria respeitar os diferentes contextos socioculturais de cada região. A questão do usufruto comum dos recursos naturais foi amplamente discutida pelos delegados ali reunidos. O congresso ainda explicitou as diversas modalidades de propriedade coletiva com base no usufruto comum dos recursos naturais: “Terra de Preto”, “Terra de Índio”, “Terra de Santo”, os “Faxinais” do Paraná, etc.

Na ocasião do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros⁸, em outubro de 1985, foi reafirmada a mesma proposta. Também naquele segundo encontro, segundo as palavras de Júlio Barbosa, ficou marcada a importância do entendimento do conceito de Resex, como um conceito comunitário e não governamental, em que as terras demarcadas são da união, com usufruto da população moradora. A responsabilidade e o uso são das populações tradicionais e, portanto, são as que devem cuidar e decidir sobre os territórios (Box 9).

Box 9. As necessidades das comunidades é fundamental para a existência das reservas extrativistas.

(...) O conceito de reserva extrativista precisa partir de um desejo das comunidades, senão não dá certo. Quando isso acontece, o desejo da construção de uma área coletiva se concretiza e é fundamental para a existência da reserva extrativista. É só dessa forma que as tomadas de decisão vão refletir as necessidades da comunidade para que a unidade de uso sustentável se viabilize. A comunidade é que tem que cuidar da Resex, o Ibama só entra em casos extremos (caso de punição e de cadeia). A sustentabilidade de Resex ou de RDS não está no componente da produção, mas, principalmente, no componente de gestão (Júlio Barbosa, oficina regional de Belém).

⁸ A projeção do vídeo *Encontros de Seringueiros*; 1º Encontro Nacional – 1985 e 1º Encontro de Lideranças de Resex e de RDS – 2006 introduziu o debate da mesa-redonda mencionada nas oficinas regionais.

A questão da regularização fundiária intrínseca à concepção de **reserva extrativista** que nascia, também foi foco de inúmeras discussões. A proposta para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária explicita este ponto com muita clareza:

“(...) Serão estabelecidas formas de reconhecimento de posse e titulação capazes de articular domínios de usufruto comum com regras de apropriação privada, também adotadas por esses grupos familiares, desde que, nesse sentido, tenham as comunidades rurais se manifestado favoravelmente. A orientação a ser adotada refere-se à demarcação dos perímetros desses domínios de usufruto comum, que não pertencem individualmente a nenhum grupo familiar, e que lhes são essenciais, como: coqueiros, castanhais, fontes d’água, babaçuais, pastagens naturais, igarapés e reservas de mata, de onde as famílias de trabalhadores rurais retiram palha, talos, lenha, madeira para construção e espécies vegetais utilizadas em cerimônias religiosas ou de propriedades medicinais reconhecidas” (proposta para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, Mirad, maio de 1985, p. 32-33 apud GONÇALVES, 2003, parte IV, p. 554).

Dessa forma, os seringueiros deliberaram pela **não divisão em lotes** das reservas:

“...1.4 Queremos a desapropriação dos seringais nativos e que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pelos próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa. Não aceitamos loteamento ou projeto de colonização feitos por qualquer órgão, queremos, sim, a implantação das reservas extrativistas (Primeiro Encontro Municipal dos Seringueiros de Rio Branco – novembro de 1987 apud GONÇALVES, 2003, parte IV, p. 555).

Dessa forma, a criação da reserva extrativista traz dentro da sua concepção original um modelo de reforma agrária que vai regularizar quem já está assentado, quem já vive em determinados territórios, utilizando os recursos naturais ali presentes para a sua sobrevivência e bem-estar. Júlio Barbosa reforça essa ideia:

“(...) ela (reserva extrativista) tem dentro do seu arcabouço, no seu esboço principal do decreto, de que não é um projeto de assentamento, não é uma reforma agrária para assentar, trata-se de regularizar uma área que viveu e estava vivendo sobre algum tipo de conflito ou vários conflitos, mas ocupada por população. Então, a reserva extrativista não é, na sua essência, o decreto de uma determinada área que não tem ninguém morando nela”.

“(...) a reserva extrativista não pode, não poderia, até hoje, ser criada, se não tiver claro o seu objetivo. Não adianta criar, transformar aquela área em reserva extrativista se não se tem objetivo nenhum, e o objetivo dela, hoje, está na lei, inclusive, regulamentada pelo Snuc. O conceito de reserva extrativista também está muito bem definido, para quem ela vai servir e para que”.

Júlio Barbosa terminou sua fala chamando a atenção para os processos coletivos de tomada de decisão e de controle social relacionados à unidade de conservação específica – Resex e a consequência disso para a sua sustentabilidade (Box 10 e Figuras 1 e 2).

“(...) toda tomada de decisão relacionada às nossas unidades de conservação (Resex) se ela for tomada de cima para baixo, tem possibilidade muito grande de não dar certo, mas toda tomada de decisão que for de dentro para fora tem toda possibilidade de dar muito certo, e por quê? Porque toda construção da gestão da unidade tem que ser feita coletivamente, envolvendo todos os comunitários juntamente com órgão gestor. A tomada de decisão que é feita de dentro para fora tem tudo para ter sustentabilidade, já a tomada de decisão que é feita pelos outros e a gente tem que aceitar, pode não dar certo. Por essa razão é que eu encerro dizendo que o conceito de reserva extrativista é um conceito comunitário, não é um conceito de governo, o governo apenas aceitou, transformou e regulamentou, transformou em lei, mas reserva extrativista só dá certo, só tem condição de funcionar se o processo de tomada de decisão comunitária continuar muito forte”.

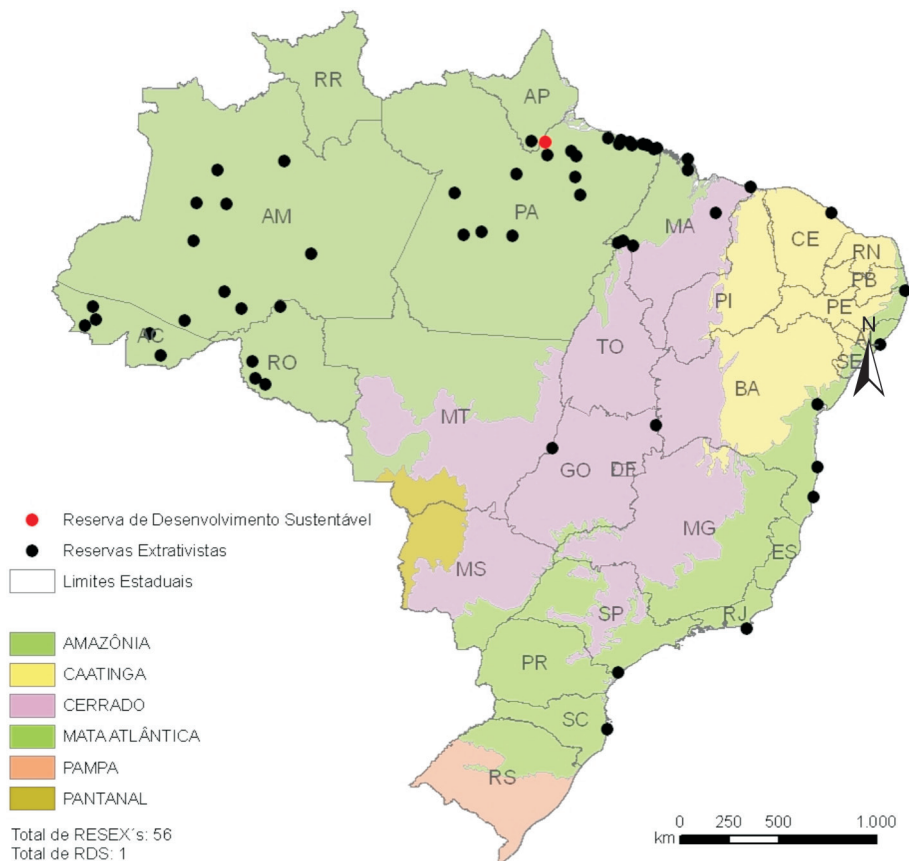
Box 10. Art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

Art. 18. A reserva extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A reserva extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

A proposta de reservas extrativistas surpreende por inaugurar uma nova relação entre o Poder Público e a população beneficiária da Resex. O instrumento jurídico usado para a efetuação dessa relação é o *Contrato de Concessão de Direito Real de Uso*, que explicita que o referido contrato **conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou transferência de concessão “inter vivos”**.

“(…) Que fique claro, portanto, que a finalidade da reserva extrativista é a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis e que essa finalidade será efetuada por população extrativista. (...) o conhecimento que essas populações detêm a respeito dos ecossistemas, com os quais desenvolveram práticas ao longo do tempo, que as qualifica a exercerem aquelas finalidades estabelecidas pelo Poder Público” (GONÇALVES, 2003, parte IV, p. 561).



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – IMCBio
 Diretoria de UCs de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – DIUSP
 Atualizado em 20 de Julho de 2008

Figura 2. Reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Tabela 1. Resex e RDS abrangidas pelo Projeto Occa⁹.

Resex/RDS	Municípios/ Estado	Área (ha)
Resex Rio Cajari	Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão/AP	481.650
Resex Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim e Nova Mamoré/RO	204.583
Resex Lago do Cuniã	Porto Velho/RO	55.850
Resex Médio Juruá	Carauari/AM	253.226
Resex Lago do Capanã Grande	Manicoré e Tapauá/AM	304.146
Resex Tapajós-Arapiuns	Santarém e Aveiros/PA	647.610
RDS Itatupã-Baquiá	Gurupá/PA	64.735
Resex Mapuá	Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista / PA	94.463
Resex Arioca-Pruanã	Bagre e Oeiras do Pará/PA	83.445
Resex Terra Grande-Pracuúba	Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista/PA	194.695
Resex Gurupá-Melgaço	Breves, Gurupá e Melgaço/PA	145.297
Total Resex e RDS do Projeto Occa		2.529.700

⁹ Dados provenientes do Relatório de Avaliação da Gestão 2003-2006, Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (Disam), da Coordenação-Geral de Criação e Gestão de Reservas Extrativistas e de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Brasília/DF – janeiro de 2007, e de informações da Coordenação de Gestão Socioambiental da Diretoria de Unidades de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (Diusp), ICMBio, agosto de 2009.

Nº de Famílias Beneficiadas	Decreto de Criação	Situação do Conselho
950	Nº 99.145 de 12/03/1990	Criado em fevereiro de 2006 (Portaria nº 12 de 07/02/2006)
181	Nº 99.166 de 13/03/1990	Criado em novembro de 2006 (Portaria nº 89 de 22/11/2006)
109	Nº 3238 de 10/11/1999	Criado em 2006 (Portaria nº 42 de 20/06/2006)
300	S/Nº de 04/03/1997	Criado em janeiro de 2007 (Portaria nº 10 de 29/01/2007)
200	S/Nº de 03/06/2004	Criado em março 2007 (Portaria nº 21 de 13/03/2007)
3.500	S/Nº de 06/11/1998	Criado em maio de 2004 (Portaria nº 50 de 10/05/2004)
182	S/Nº de 14/06/2005	Criado em junho de 2009 (Portaria nº 46, de 05/06/2009)
400	S/Nº de 20/05/2005	Criado em junho de 2008 (Portaria nº 39 de 25/06/2008).
1.250	S/Nº de 16/11/2005	Sem conselho
400	S/Nº de 05/06/2006	Sem conselho
463	S/Nº de 30/11/2006	Sem conselho
7.935		

2. Reservas extrativistas: o que são, como surgem e a quem interessam?

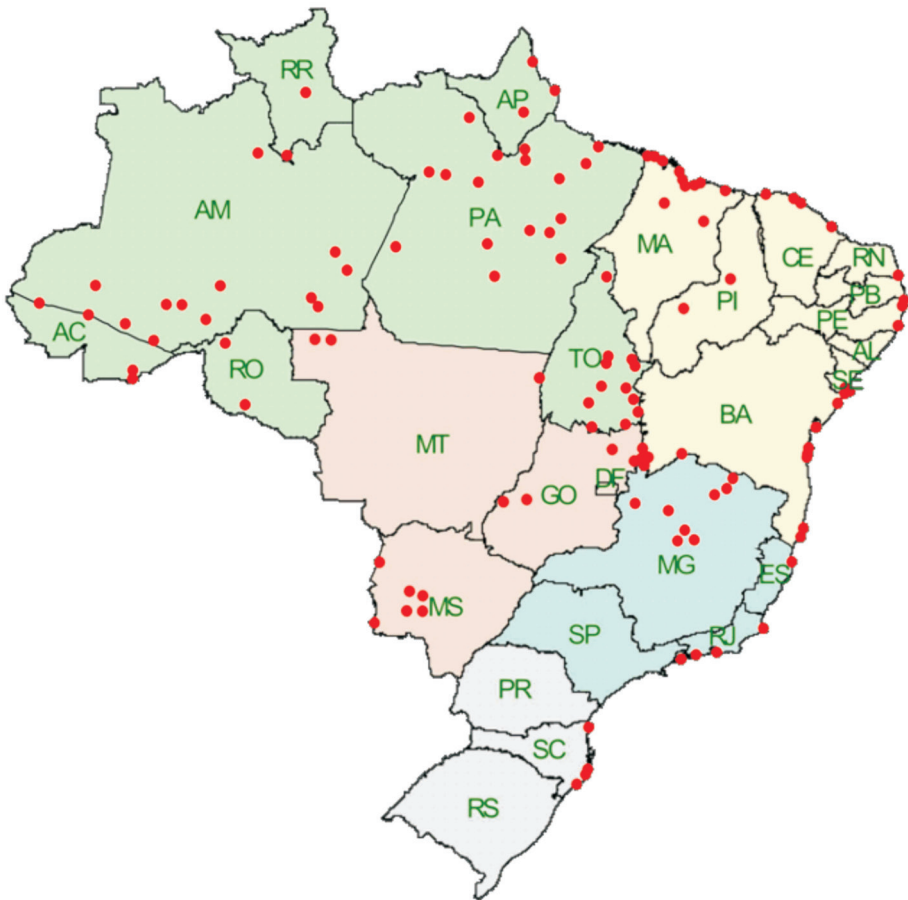


Figura 3. Demandas de criação de Resex e de RDS. Fonte: Diusp/ICMBio.

Na Tabela 1 são apresentadas Informações sobre as unidades abrangidas pelo Projeto Occa.

A Figura 4 mostra as Resex/RDS do Brasil, destacando as dez unidades abrangidas pelo Projeto Occa.

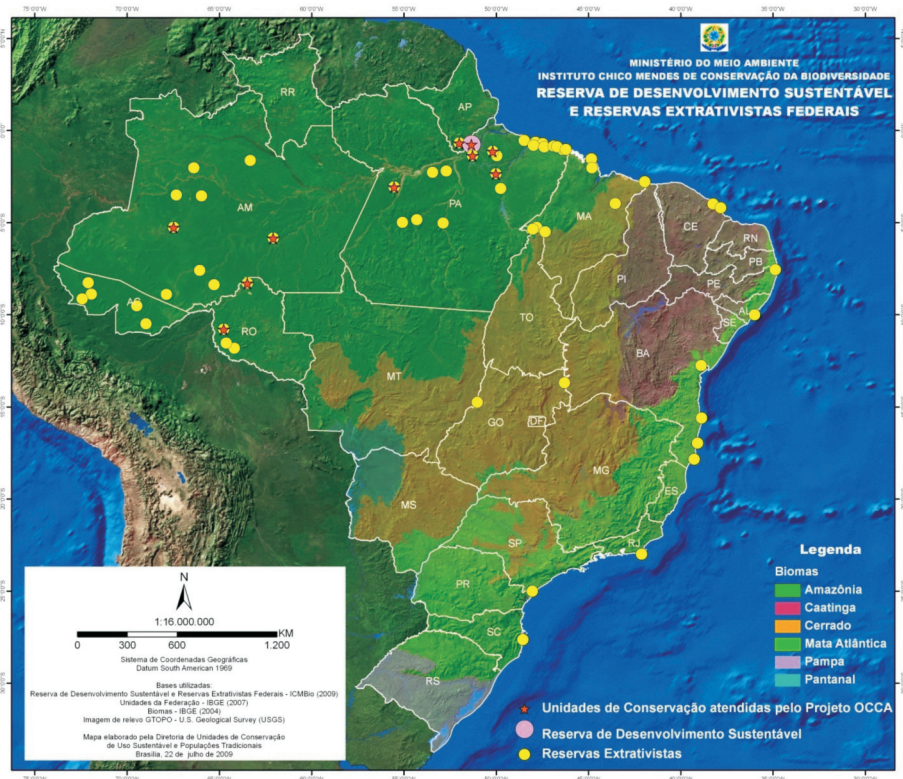


Figura 4. Resex e RDS federais, com destaque para as unidades do Projeto Occa.

A Tabela 2 apresenta o retrato das unidades que participaram do Projeto Occa, com informações gerais e resumidas a partir dos dados coletados nas oficinas, destacando a localização da unidade no seu estado.

2. Reservas extrativistas: o que são, como surgem e a quem interessam?

Tabela 2. Unidades participantes do Projeto Occa.

Unidades	Localização	Histórico	Tamanho, Nº de Famílias Nº Comunidades e de Associações, Parceiros
RDS Itatupã-Baquiá	Situada na porção Norte da Ilha Grande de Gurupá, a 80 km desse município. é percorrida pelos rios Baquiá, Tauari e Jaburu.	Preferiram uma RDS por falta de informações mais qualificadas. Antes da criação tinha plano de manejo para extração de madeira e foi elaborado o plano de uso. Agora, o único plano aprovado é o de extração do óleo de andiroba.	Possui 64.735 ha, 186 famílias, 990 habitantes, duas associações (Proja e Atraib), também grupos de mulheres e seis comunidades.
Resex Gurupá Melgaço	Está localizada no estado do Pará a, aproximadamente, 500 km de Belém por via fluvial, 30 km de Gurupá (sede do município) pelo rio ou 19 km por terra, em via de difícil acesso. Abrange os municípios de Gurupá e Melgaço. Fica a cerca de 100 km da RDS Itatupã-Baquiá, por via fluvial.	A unidade foi criada em 2006. Em 2003, as comunidades quilombolas vizinhas conseguiram regularizar suas terras. Algumas comunidades tinham plano de manejo. O trabalho de manejo e recuperação dos açais foi feito ao longo dos rios, em regime de mutirão.	Possui 650 famílias, 22 comunidades e três associações. Parceiros: STR, Fase, igrejas e Prefeitura de Gurupá.

Atividades de produção e complementares	Criação do Conselho	Desafios/Conflitos Identificados
<p>Atividades principais: produção de açaí e madeira. Outras atividades: extração de palmito, e de óleo de andiroba, pesca, agricultura de subsistência e artesanatos feitos por mulheres.</p> <p>Há pesquisa com monitores sobre sementes/crescimento das árvores.</p>	<p>O processo de formação do conselho é recente. Já foram escolhidos os conselheiros que ainda não se reuniram, nem foram empossados.</p>	<p>A comercialização do açaí tem muitos atravessadores. Urgência de se elaborar o plano de manejo. Violência contra mulheres. Faltam as condições financeiras para realizar um trabalho participativo. A área da unidade é extensa.</p>
<p>Atividades principais: açaí, madeira e pesca. Parceiros: Fase/PA, Projeto Bentevi e Câmara dos Vereadores.</p> <p>Potencial: organização comunitária e manejo dos açazais.</p>	<p>O processo de formação do conselho ainda não foi iniciado.</p>	<p>Unidade sem gestor: É uma área de extração de madeira. Melgaço, município vizinho, sofre grande influência dos madeireiros. A prefeitura deste município é contra a Resex e impediu o acordo sobre as delimitações da área, gerando um clima de ameaças. Há invasões e roubo de madeira/palmito. Ausência do Poder Público, inclusive Ibama/ICMBio.</p>

Unidades	Localização	Histórico	Tamanho, Nº de Famílias Nº Comunidades e de Associações, Parceiros
Resex Rio Cajari	No sul do Amapá, abrangendo três municípios: Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. É percorrida pelos rios Amazonas e Cajari. Sede da Resex: Laranjal do Jari, a 283 km de Macapá ou cerca de 24 horas de barco.	É uma das quatro primeiras Resex criadas (março de 1990). No médio Cajari, muitas famílias vivem da criação de búfalos, atividade que exercem há mais de 18 anos e que tem importante papel na economia da unidade.	Possui aproximadamente 481.000 ha, 1.400 famílias, cerca de 8.500 habitantes, de 65 comunidades, três associações, duas cooperativas e duas associações de mulheres. Há também um hotel de selva dentro da unidade que está abandonado, cujo projeto não foi discutido com a comunidade.
Resex Mapuá	Pará, na Ilha de Marajó e no município de Breves.	Criada em maio de 2005.	Possui 94.464 ha, 672 famílias, cerca de 4.000 habitantes, 13 comunidades e grupos de jovens. O Pronaf beneficia cerca de 170 famílias.

Atividades de produção e complementares	Criação do Conselho	Desafios/Conflitos Identificados
<p>Extrações de açaí (palmito) e de castanhas são atividades importantes. Há uma usina de beneficiamento de castanha e uma fábrica de produção do palmito, farinha de mandioca, pesca de camarão, agricultura de subsistência.</p> <p>Potencial: murumuru e buriti.</p>	<p>Criado em fevereiro de 2006. Ocorreram seis reuniões ordinárias com apoio das prefeituras locais.</p>	<p>Ocupação irregular dentro da Resex, no lado oeste da unidade. Distanciamento da população moradora dos propósitos da Resex, a unidade ainda é pouco compreendida.</p> <p>Necessidade de renovação das lideranças.</p> <p>Revitalização das Associações e Cooperativas.</p> <p>Ausência do Estado na área (órgão ambiental federal tem só três técnicos para a unidade).</p> <p>Criação de búfalos invadindo roçados, fazendo com que seja necessário introduzir novas alternativas.</p>
<p>Principais atividades: extração de açaí, de palmito, de madeira e de óleos (pracaxi, andiroba, copaíba, patauá).</p> <p>Atividades para consumo interno: pesca, criação de animais de pequeno porte, roçado, farinha de mandioca.</p> <p>Potencial: artesanato de tala de palmeira, reaproveitamento da madeira e extração do palmito.</p>	<p>Processo de formação iniciado em setembro de 2007 com assessoria técnica contratada.</p> <p>Processo de assinatura da portaria que formaliza o conselho está tramitando na presidência do ICMBio.</p>	<p>Serrarias no entorno – empresas chinesas.</p> <p>Necessidade de regularização fundiária.</p> <p>Invasão da área.</p> <p>Ausência do Estado (saúde, educação, segurança e saneamento).</p>

Unidades	Localização	Histórico	Tamanho, Nº de Famílias Nº Comunidades e de Associações, Parceiros
Resex Arioca-Pruanã	Está localizada no estado do Pará, no município de Oeiras. É percorrida pelos rios Oeiras e Arioca.	Criada em novembro de 2005. Antes da sua criação, havia cinco empresas madeireiras com plano de manejo aprovado pelo Ibama. Houve uma grande mobilização de município, igrejas e movimento social a favor da criação da unidade.	Possui 84.000 ha, 600 famílias, 32 comunidades, 22 Associações e também grupo de mulheres artesãs. As igrejas evangélicas e católicas têm muito poder na região.
RESEX Tapajós-Arapiuns	Pará, nos municípios de Santarém e Aveiros. Santarém está a aproximadamente 20 horas de barco regional das comunidades.	Criada em novembro de 1998. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as associações intercomunitárias e a Igreja Católica (MEB) tiveram papel importante no processo de sua criação.	Possui 650.000 ha, 3.750 famílias, 20.534 habitantes, 70 comunidades e 43 associações, bem como clubes de futebol, cooperativas e um projeto de ecoturismo na Comunidade Maripá. Parceiros: entre muitos outros parceiros, o BNDES e o Projeto Saúde e Alegria.

Atividades de produção e complementares	Criação do Conselho	Desafios/Conflitos Identificados
<p>Principais atividades: extração de açaí, madeira, bacaba, cipó, castanha, cupuaçu, pupunha, bacuri e agricultura de subsistência (milho, arroz e mandioca). Possui artesanato com talas de palmeiras.</p>	<p>O processo de formação do conselho ainda não foi iniciado.</p>	<p>Empresa madeireira catarinense ainda explora a região do entorno, provocando desmatamento. Necessidade de aperfeiçoamento técnico para as atividades de artesanato. É necessário iniciar o processo de criação do conselho e de elaboração do plano de manejo.</p>
<p>Atividades principais: óleos vegetais (andiroba e copaíba), artesanato de madeira e de palha de tucumã, meliponicultura, látex, castanha-do-pará, castanha-de-caju, breu-branco, cumaru e farinha. Potencial: aumento da produção da borracha e viveiro para produção de mudas.</p>	<p>Criado em agosto de 2002, foram realizadas seis reuniões de formação do conselho entre maio e agosto de 2002. O Conselho se reúne anualmente.</p>	<p>Extração e roubo de madeira. Postos de saúde não funcionam. O melhor atendimento é do Hospital Ambulante (barco) – Abaré. Faz-se necessário aprimorar a comercialização e a qualidade da produção (pesquisa, estudo de mercado, capacitação e acompanhamento).</p>

Unidades	Localização	Histórico	Tamanho, Nº de Famílias Nº Comunidades e de Associações, Parceiros
Resex Rio Ouro Preto	Rondônia, nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. É percorrida pelo Rio Ouro Preto.	Criada em março de 1990. O plano de manejo encontra-se em andamento. Possui uma rádio comunitária.	Possui 205.000 ha, 182 famílias, cerca de 710 habitantes, 10 comunidades, duas associações. A cooperativa está em fase de criação. Existe um grupo de pesquisa de energia sustentável (solar e óleos vegetais) junto com a universidade (UFRO). A 1ª comunidade da Resex está a 48 km de Guajará-Mirim. Parceiros: Banco do Brasil.
Resex Lago Cuniã	Está localizada no estado de Rondônia, a 130 km de Porto Velho e no Baixo Madeira. O acesso principal é pelo Rio Madeira e pelo Igarapé Cuniã.	A área era inicialmente uma APA. A Resex foi criada em 1999, no entanto, a primeira associação é de 1986.	Possui 55.000 ha, 110 famílias, cerca de 400 habitantes e quatro comunidades. Parceiros: Napra / USP, Misérior/CCPT, Fundação Banco do Brasil, Projeto Jacaré (está no início), equipe gestora das unidades do entorno que formam o mosaico de UC.

Atividades de produção e complementares	Criação do Conselho	Desafios/Conflitos Identificados
<p>Principais atividades: produção de farinha de mandioca (a principal), castanha-do-pará, artesanato.</p> <p>Potencial: retomada da borracha (seringa), viveiros para a produção de mudas, babaçu, cipós, plantas medicinais, óleos, mel.</p>	<p>Criado em novembro de 2006. Possui 28 instituições. Seguiu orientações da equipe da Diusp.</p>	<p>Roubo de madeira, caça predatória, desmatamento, queimada, principalmente nas áreas de terra firme e área degradada.</p> <p>Não tem mais nenhum posto de saúde. Os agentes de saúde não são em número suficiente. É necessário transporte para escoar a produção. É preciso diversificar a produção.</p>
<p>Atividades principais: produção de farinha de mandioca, pesca, extração de açaí.</p> <p>Outros produtos: copaíba, castanha, artesanato.</p> <p>Potencial: plantas medicinais, biodiversidade, conhecimento tradicional, manifestações culturais.</p>	<p>Criado em 2005, está funcionando em gestão integrada com a Esec Cuniã e a Flona Jacundá. As reuniões dos três conselhos são conjuntas.</p>	<p>Há a intenção de se formar o mosaico do Rio Madeira. A gestão integrada está sendo um grande desafio.</p> <p>Comunidades e fazendeiros do entorno: interesses em conflito com os objetivos da UC.</p> <p>Peixes dos igarapés estão sumindo por causa dos agrotóxicos jogados pelos fazendeiros vizinhos. É necessário implantar agroindústria para o beneficiamento do açaí.</p>

Unidades	Localização	Histórico	Tamanho, Nº de Famílias Nº Comunidades e de Associações, Parceiros
Resex Médio Juruá	Amazonas, município de Carauari, que fica a 3 horas de avião ou 6 a 8 dias de barco de Manaus, a 8 horas de barco da 1ª comunidade da Resex e a até 30 horas de barco da última comunidade da unidade.	Criada em 1997, possui praias, (tabuleiros) e lagos preservados.	Possui 253.200 ha, 236 famílias, 1.750 habitantes, 12 comunidades e três associações. Parceiros: Conatura, Ufam, Petrobras (proj. saneamento a ser iniciado). Convênio com o governo do estado e CNS (para produção do látex).
Resex Lago do Capanã Grande	Está localizada no estado do Amazonas, no município de Manicoré. É percorrida pelo Rio Madeira e a 1ª comunidade está a 2 horas de voadeira de Manicoré.	Criada em junho 2004. Alguns estudos já foram feitos para a elaboração do plano de manejo.	Possui 304.200 ha, 150 famílias, cerca de 900 habitantes e sete comunidades. Conta com o apoio do Projeto Arpa.

Atividades de produção e complementares	Criação do Conselho	Desafios/Conflitos Identificados
<p>Atividades principais: borracha (em crescimento), açaí, óleos vegetais (andiroba, murumuru, ucuúba), farinha de mandioca, meliponicultura e pesca.</p> <p>Potencial: manejo para preservação de quelônios, manejo do jacaré e do pirarucu, artesanato com madeira morta.</p>	<p>Funciona desde 2002, mas só foi formalizado em janeiro de 2007.</p>	<p>É necessário melhor organização comunitária. É preciso ampliar e melhorar os meios de comunicação. É necessário haver transporte da produção. Não há postos de saúde. Falta fiscalização e placas de sinalização na Unidade. Faltam recursos para a elaboração do plano de manejo. É necessário trabalhar com recursos em potencial: jacaré, madeira morta e implantar o manejo do pirarucu.</p>
<p>Principais atividades: Castanha, retomada da borracha, extração do açaí e artesanato em cipó e palhas e produtos não madeireiros.</p> <p>Potencial: peixe-boi, jacaré, turismo, plantas medicinais e manejo de quelônios.</p>	<p>Criado em março de 2007. Possui 13 conselheiros. Houve consultoria específica que ajudou no processo de formação do conselho.</p>	<p>Há uma área de reserva indígena dentro da Resex. Há conflito entre a Resex e a área indígena. A BR-319 cruza a Resex, favorecendo o tráfico de drogas, a prostituição e o garimpo.</p>

3. Os conselhos deliberativos de Resex/RDS – seu papel na gestão¹⁰

A definição de conselho gestor, prevista na Constituição Federal de 1988, já mencionada no primeiro capítulo, procura torná-lo espaço público jurídico-institucional em que ocorrem intervenções que visam à formulação e à implantação de políticas públicas. Nesses espaços formais, portanto, todas as demandas são legitimadas por princípio, como canais de diálogo e negociação entre os projetos sociais, debatidos pelo conjunto de conselheiros, de modo a construir alternativas viáveis e inclusivas para um tema ou determinado território.

O fato de os conselhos serem uma forma de participação e de democracia mais direta reconhecida pela Constituição Federal representa significativa vitória dos movimentos sociais e das forças populares. A existência de desvios de propósito, de conselhos burocráticos e manipulados por determinados grupos ou esvaziados, não invalida a conquista e sim manifesta o modo como o Estado brasileiro foi formado e como o exercício da cidadania foi negado ao longo da história.

¹⁰ Texto adaptado por Nahyda Franca dos seguintes documentos: Proposta de Gestão Participativa para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e Plano de Ação para o Biênio 2003/2004: Conselhos Gestores de Carlos Frederico Loureiro, Marcus Azaziel, Nahyda Franca, NEA/Ibama/RJ e Ibase, 2003 e Roteiro Metodológico para Formação de Conselhos Deliberativos de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis, Ibama/ Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental /Disam, Brasília, DF, março de 2007.

Portanto, o acesso ao processo decisório, mesmo sustentado por lei, não garante participação efetiva, especialmente considerando a cultura política predominante no Brasil, em que a relação entre sociedade e Estado se baseou no patrimonialismo, no autoritarismo e na exclusão.

Dependendo do modo como um conselho é instituído e regulamentado, da composição definida, da dinâmica de funcionamento, do poder de decisão e de ingerência no Governo, este pode ser mais ou menos representativo do ideário participativo e emancipatório.

Como espaços públicos sob a coordenação dos representantes governamentais, os conselhos têm encontrado inúmeras dificuldades para a sua consolidação, especialmente no que concerne à representatividade social, à participação dos atores envolvidos e também às condições de igualdade entre esses atores.

Não é diferente a situação dos **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação**. Esses também enfrentam disparidade de acesso a recursos que possam garantir condições mais favoráveis aos participantes para exercer o papel de conselheiros. Os atores governamentais têm sido demandados a atuar no sentido de ampliar as capacidades e os recursos técnicos e políticos dos setores desfavorecidos, de forma a permiti-los participar do jogo político em condições melhores. O desafio é realizar o processo de qualificação e o favorecimento da organização da sociedade e, ao mesmo tempo, manter e garantir a autonomia dos grupos sociais organizados. O caminho buscado tem sido a realização de processos de capacitação como forma de enfrentar as assimetrias de informação e de poder existentes entre os conselheiros.

No caso de conselhos deliberativos de Resex, os processos precisam ainda considerar e trabalhar a partir da lógica que estrutura esse modelo de unidade de conservação, qual seja: a **concessão de direito real de uso** que autoriza o grupo, detentor de um notório saber, à gestão territorial do espaço e dos recursos voltados à construção de sua autodeterminação. processo este mediado pelo Estado como guardião dos direitos sociopolíticos da coletividade. Em Resex e em RDS, o grupo detentor de notório saber são as populações tra-

dicionais¹¹ que habitam secularmente os territórios, explorando-os, para a sua sobrevivência, de forma sustentável.

Logo, há aspectos conjunturais e estruturais que precisam ser levados em consideração na análise e no trabalho de fortalecimento dos conselhos deliberativos de Resex/RDS, entre os quais destacamos:

- identificar, mobilizar e capacitar, primeiramente, as populações tradicionais beneficiárias dessas unidades e, posteriormente, envolver os demais atores, que devem ter relação direta ou indireta com a UC;
- as populações tradicionais beneficiárias das Resex/RDS devem ser protagonistas no processo de construção e consolidação dos conselhos deliberativos, num processo contínuo de capacitação;
- formalizar o conselho somente após ter realizado um processo de debate e de mobilização dos atores sociais e da realização de um evento em que se definam as bases para o funcionamento do conselho;
- as organizações e as lideranças representativas das populações tradicionais precisam ter sua esfera decisória respeitada e assegurada (exceto quando em desacordo com as finalidades da unidade de conservação);
- o funcionamento do conselho deve considerar a sua representatividade, a existência de desigualdade de condições entre os participantes e os impactos das ações do conselho sobre a gestão da UC;
- criar mecanismos que impeçam que o presidente tenha o poder de veto e de convocação exclusiva;
- observar a composição numérica e qualitativa dos conselheiros, buscando ser uma expressão adequada da sociedade em seu

¹¹ Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Definição extraída do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

recorte de responsabilidade. No caso de Resex/RDS, observar que os conselheiros comunitários tenham, pelo menos, a maioria simples (50% + 1) de vagas;

- estabelecer processos de discussão temática para estimular a participação, envolvendo aí o convite a profissionais e comunitários não integrantes do conselho;
- constituir câmaras técnicas para os problemas centrais, com prazos para o estudo e a formulação de propostas a serem apresentadas e avaliadas pelo conselho;
- no caso das organizações da sociedade civil, estabelecer mecanismos de escolhas a partir de critérios de seleção e não em cima de nomes pré-definidos por questões políticas ou conjunturais;
- estabelecer estudos e levantamentos, especialmente os que conciliam o saber tradicional e o conhecimento técnico-científico, de forma a subsidiar com informações válidas as discussões nos conselhos;
- criar mecanismos de comunicação permanente entre e com as comunidades das unidades, tornando público o trabalho feito e envolvendo-as no processo;
- garantir o acesso a informações qualificadas e compreensíveis a todos os participantes;
- capacitar os conselheiros (com cursos e no processo), de modo a integrá-los e garantir relativa uniformidade de conhecimentos;
- estabelecer regras para os conselheiros que sejam viáveis em termos de tempo disponível e de possibilidade de acesso físico;
- garantir a igualdade de condições, para participar e decidir, a todos os conselheiros.

Essas premissas remetem à seguinte questão: como tornar os conselhos deliberativos de Resex/RDS instrumentos de expressão, representação e participação, e qual o papel que os conselheiros desempenham nesse processo?

Reconhecendo os limites que a lei impõe, é possível e preciso construir estratégias participativas que legitimem o espaço dos conselhos e que garantam a autonomia necessária e o diálogo indispensável entre os diversos setores da sociedade, de tal modo que as

iniciativas e as decisões tomadas sejam valorizadas e incorporadas, de fato, pelo Poder Público.

No caso das UCs, em que o conselho é uma exigência do Snuc e, portanto, algo que precisa ser viabilizado, pelo menos enquanto não se estabelece uma discussão ampliada na sociedade sobre o sentido das institucionalidades participativas, o foco do trabalho de consolidação dos conselhos deve ser no intuito de torná-los uma instância democrática, apropriada e legitimada pelos diferentes agentes sociais envolvidos na gestão ambiental.

Em especial no caso de Resex/RDS, o fortalecimento da capacidade de intervenção dos comunitários, representantes das populações tradicionais que são a maioria nos conselhos deliberativos, é condição para a construção de um espaço verdadeiramente inclusivo e democrático.

Conselhos deliberativos de Resex/RDS: marco legal, diretrizes, normas e procedimentos

Os principais marcos legais que tratam dos conselhos de Resex e de RDS são:

Lei nº 9.985 de 2000

Conselho de Resex e de RDS (§ 2º, art. 18 e § 4º, art. 20)

- A Resex e a RDS serão geridas por um conselho deliberativo que:
- será presidido pelo órgão responsável por sua administração;
- será constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Conselho e plano de manejo de Resex e de RDS (§ 5º, art. 18 e § 6º, art. 20).

O plano de manejo da unidade será aprovado pelo seu conselho deliberativo.

Papel do conselho (art. 20)

- elaborar seu regimento interno, no prazo de 90 dias da sua instalação;
- acompanhar a elaboração, a implementação e a revisão do plano de manejo da unidade;
- buscar a integração entre unidades e dessas com os espaços territoriais especialmente protegidos e o seu entorno;
- compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- avaliar o orçamento da unidade, o relatório financeiro anual elaborado pelo ICMBio, em relação aos objetivos;
- decidir sobre a contratação e o termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), em caso de gestão compartilhada da unidade);
- acompanhar a gestão por Oscip e recomendar o fim do termo de parceria, quando houver irregularidade;
- manifestar sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade, zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;
- propor diretrizes, ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade.

Papel do órgão executor (art. 19)

- convocar o conselho com antecedência mínima de 7 dias;
- prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.

Presidência do conselho (art. 17)

- os conselhos são presididos pelo chefe da unidade de conservação, que designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

Representação dos conselheiros (art. 17)

- os órgãos públicos devem ser representados, quando cou-

ber, pelos órgãos ambientais dos três níveis da Federação e por órgãos de áreas-afins: pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia, povos indígenas e assentamentos agrícolas;

- a sociedade civil deve ser representada, quando couber, pela comunidade científica e por organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, a população residente e do entorno, a população tradicional, os proprietários de imóveis no interior da unidade, os trabalhadores e o setor privado atuantes e os representantes dos comitês de bacia hidrográfica;
- a representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.

Mandato do conselheiro (art. 17)

- tem duração de 2 anos;
- é renovável por igual período;
- é não remunerado;
- é considerada atividade de relevante interesse público.

Reunião do conselho (art. 18)

- deve ser pública;
- deve ter pauta preestabelecida no ato da convocação;
- deve ser realizada em local de fácil acesso.

Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 18 de setembro de 2007

Conceito de conselho deliberativo de Resex ou de RDS (art. 2º)

- espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Reserva e de sua área de influência, no que se refere às questões sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Diretrizes para a formação e o funcionamento do conselho de Resex ou de RDS (art. 3º)

- conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental;

- transparência da gestão da Unidade de Conservação, adequação a cada realidade local e envolvimento e participação de todos;
- reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural, aos sistemas de organização e representação social das populações tradicionais;
- reconhecimento dos territórios tradicionais como espaços importantes para o modo de vida das populações tradicionais;
- promoção das condições para a efetiva participação das populações tradicionais no Conselho e do seu papel principal (protagonismo) na gestão da UC;
- valorização e integração das diferentes formas de saber, especialmente os das populações tradicionais;
- busca da melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, acesso aos serviços básicos e à cidadania (respeitando as características socioculturais dessas populações);
- legitimidade das representações, a equidade de condições de participação e capacitação continuada das populações tradicionais da unidade e dos conselheiros;
- promoção da identificação, mobilização, organização e capacitação das populações tradicionais em relação aos demais atores envolvidos;
- busca das condições financeiras para o funcionamento contínuo do conselho;
- garantia do encaminhamento efetivo das deliberações do conselho;
- integração da gestão da unidade de conservação com políticas orientadas pelos eixos: educação, saúde e renda.

Etapas para formação do conselho (metodologia participativa) (art. 5º)

1. planejamento prévio;
 - atores envolvidos: representantes das comunidades de Resex/RDS e ICMBio;

2. identificação, sensibilização, mobilização e capacitação de representantes das populações tradicionais da unidade;
atores envolvidos: representantes das comunidades de Resex/RDS e ICMBio;
3. realização de diagnóstico socioambiental, base para a construção do conselho deliberativo e do plano de manejo participativo: levantamento dos assuntos prioritários para a gestão e para o plano de ação da unidade;
 - atores envolvidos: comunidades de Resex/RDS e do ICMBio;
4. identificação das demais entidades/representações para composição do conselho;
 - atores envolvidos: comunidades de Resex/RDS e do ICMBio;
5. sensibilização, mobilização e capacitação das demais entidades/representações que irão compor o conselho deliberativo;
 - atores envolvidos: representantes das comunidades de Resex/RDS e do ICMBio;
6. definição do número de vagas e da composição final do conselho deliberativo:
 - atores envolvidos: representantes das comunidades de Resex/RDS, ICMBio e demais entidades/representações;
7. criação do conselho deliberativo por meio da publicação de portaria do Instituto Chico Mendes no Diário Oficial da União;
 - ator envolvido: ICMBio.

Papel do conselho (art. 17)

- promover: conservação da biodiversidade + qualidade de vida das populações tradicionais da UC;
- propor: políticas públicas que promovam a qualidade de vida das populações tradicionais da UC;
- propor: pesquisas e tecnologias que visem à sustentabilidade socioambiental (conhecimento técnico-científico + etnoconhecimento);

- deliberar sobre: propostas de pesquisa + projetos de intervenção na UC (adotando medidas para repartir os benefícios com as populações tradicionais da UC);
- promover ampla discussão sobre: papel da UC + sua gestão;
 - consultar previamente as populações tradicionais da UC sobre:
 - contratação + termo de parceria com Oscip;
 - autorização de exploração de produtos ou serviços: potencialmente causadores de impacto ambiental ou que gerem obrigações financeiras para as comunidades tradicionais ou suas entidades organizativas;
 - criação de instâncias consultivas para a análise de especificidades da UC.

Participação diferenciada das populações tradicionais (artigos 8º e 9º)

- no processo de formação do conselho, as populações tradicionais participam desde o início e ajudam a definir as entidades que participarão do conselho;
- têm, pelo menos, a maioria simples (50% + 1) de vagas;
- podem ser representadas por:
 - entidades legalmente constituídas pelas populações tradicionais;
 - formas organizativas das populações tradicionais legitimamente escolhidas por essas populações;
 - pessoas físicas das populações tradicionais de Resex/RDS, legitimamente escolhidas por essas populações.

Instrução Normativa ICMBio nº 1, de 18 de setembro de 2007

Conselho e elaboração do plano de manejo (§ 2º e § 3º, art. 4º, art. 10)

- o conselho participa da coordenação e da implementação do plano de manejo da unidade, bem como da aprovação de

projetos específicos dos programas para sustentabilidade da unidade.

- quando o conselho deliberativo não estiver formado, a elaboração do plano de manejo deve se dar juntamente ao processo de formação do conselho.
- para a aprovação do plano de manejo, o conselho deve elaborar uma resolução interna, que servirá de base para que o ICMBio publique uma portaria no Diário Oficial da União.

Conselho e alteração do plano de manejo (art. 15)

Para alterar o plano de manejo, é preciso haver:

- demandas da população tradicional da unidade;
- justificativa técnica e aprovação prévia do ICMBio;
- decisão do conselho deliberativo.

Participação diferenciada das populações tradicionais (artigos 8º, 13, 14 e 15)

- a população tradicional e suas representações no conselho participam diretamente da implementação do plano de manejo da unidade;
- as demandas e especificidades da população tradicional da unidade devem servir de base para a elaboração dos projetos específicos contemplados nos programas de sustentabilidade da unidade;
- juntamente com o ICMBio, a população tradicional é responsável pelas alterações no plano de manejo;
- a comunidade da Resex ou da RDS participa do plano de manejo por meio de:
- suas formas de organização e de representação social e dos seus espaços de decisão coletiva (formais ou informais);
- reuniões públicas;
- conselho deliberativo da reserva;
- grupos de trabalho com maioria de representantes da população.

Situação dos conselhos de Resex e de RDS abrangidas pelo Projeto Occa

Reservas com conselhos	Reservas sem conselhos
<ul style="list-style-type: none">■ Resex Tapajós-Arapiuns – PA (Portaria nº 50 de 10/05/2004)■ Resex Rio Cajari – AP (Portaria nº 12 de 07/02/2006)■ Resex Mapuá – PA (Portaria nº 39, de 25/06/2008)■ Resex Lago do Capanã Grande – AM (Portaria nº 21 de 13/03/2007)■ Resex Lago do Cuniã – RO (Portaria nº 42 de 20/06/2006)■ Resex Rio Ouro Preto – RO (Portaria nº 89 de 22/11/2006)■ RDS Itatupã-Baquiá – PA (Portaria nº 46 de 05/06/2009)■ Resex Médio Juruá – AM (Portaria nº 10 de 29/01/2007)	<ul style="list-style-type: none">■ Resex Gurupá-Melgaço – PA■ Resex Arioca-Pruanã – PA■ Resex Terra Grande e Pracuúba – PA

4 Metodologia construída e vivenciada nas oficinas Occa¹²

Reafirma-se aqui a crença em processos educativos capazes de contribuir para o desvelamento da realidade e que são constituídos de relações conflituosas entre seres humanos diversos e desiguais, e a aposta de que estes só se tornam eficazes se também contribuírem para a construção de indivíduos que possam vir a se transformar em sujeitos de sua própria transformação e da transformação da sociedade em que atuam. Esses dois aspectos formam a base de apoio às escolhas metodológicas para o trabalho educativo responsável pelo fortalecimento de grupos de indivíduos que compõem as instâncias de gestão participativa em áreas protegidas. No caso do Projeto Occa, o foco do trabalho foi os representantes das populações tradicionais beneficiárias das reservas extrativistas e das reservas de desenvolvimento sustentável da Amazônia. O propósito final do Projeto Occa foi contribuir com a construção de processos educativos que ajudem a consolidar os conselhos como espaços de gestão verdadeiramente participativos e democráticos, assegurando e respeitando a autonomia e a esfera decisória de todos os seus membros.

¹² As informações reunidas neste capítulo foram organizadas e consolidadas por Nahyda Franca, consultora técnica do Projeto de Gerenciamento e Capacitação em Reservas de Uso Sustentável na Amazônia, Projeto Occa. Os itens 3 e 4 referentes às técnicas interativas e ao teatro-fórum foram redigidos por Iaci Szajnweld de Menezes, Analista Ambiental da Diusp/ICMBio e integrante da equipe do referido projeto.

A concepção de uma metodologia para a formação dos conselheiros membros do conselho deliberativo de Resex/RDS não pode desconsiderar a situação de desequilíbrio que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) provocou em relação à concepção original de Resex, ou seja, a concessão de direito real de uso. O espaço do conselho deliberativo, proposto pelo Snuc, constituiu-se, no caso de Resex, em novo espaço de gestão territorial que já vinha sendo ocupado pelos grupos sociais legalmente organizados e reconhecidos como legítimos para exercer essa função. Portanto, o protagonismo e a autonomia da população tradicional demandante e beneficiária dessas unidades foram considerados prioritários e é o foco da ação neste trabalho.

Neste capítulo, será descrita a metodologia construída, os passos da construção e os impactos imediatos e já visíveis de sua aplicação, que contou com a contribuição de técnicos do ICMBio e do Ibama bem como de comunitários e representantes das populações tradicionais de Resex/RDS que foram se inserindo ao longo do processo.

Foram necessárias três oficinas, ocorridas durante o ano de 2008, em Brasília, Belém e Porto Velho, com 4 dias de duração cada uma, em que participaram lideranças de oito Resex e de uma RDS da região amazônica, para consolidar a metodologia que foi aplicada com os conselheiros de sete dessas unidades. As etapas da construção metodológica foram detalhadas na introdução desta publicação.

Chama a atenção que todo método, mesmo o mais democraticamente construído, tem limitações e só funciona quando bem questionado, problematizado e, conseqüentemente, adaptado às diversas realidades e contextos em que serão aplicados.

São apresentados, a seguir, de forma esquemática, os passos percorridos no processo educativo que se desenvolve com os membros do conselho deliberativo (prioritariamente os representantes das populações tradicionais) e atores estratégicos para a gestão de Resex/RDS.

Construção do diagnóstico socioambiental de Resex/RDS

Três técnicas de DRP (diagnóstico rápido participativo)¹³ foram selecionadas como ferramentas auxiliares da construção coletiva do diagnóstico socioambiental de Resex/RDS: **mapa falado, boneco e diagrama de Venn** (ou “diagrama de bolas” em uma linguagem mais simplificada).

Mapa falado (Figuras 5 e 6)



Figura 5. Apresentação do mapa falado da oficina da Resex Rio Cajari – AP.

Foto: Equipe Projeto Occa.

¹³ DRP é um processo de apreensão da visão da sociedade sobre a realidade, com base em um conjunto de ferramentas participativas, constituindo uma forma simplificada de planejamento local. Surgiu nos anos de 1990 e tem sua base na pesquisa-ação. Pode ser utilizado para identificação de necessidades, estudos de viabilidade, identificação de prioridades, monitoria, acompanhamento e avaliação de projetos.

A construção do mapa falado possibilita o registro e a visualização, de forma esquemática, das diferentes partes de Resex/RDS, dos seus limites e fronteiras, dos pontos de referência nas comunidades, dos serviços existentes e de sua distribuição nas diversas áreas identificadas, dos principais problemas e conflitos da área em estudo de acordo com a visão e a participação dos próprios moradores (Fig. 6).



Figura 6. Elaboração do mapa falado da oficina da Resex Rio Cajari – AP.

Foto: equipe Projeto Occa.

Com a ajuda dos informantes, conhecedores da unidade, é desenhado um “mapa-base” da Resex/RDS contendo o seu contorno e os pontos de referência. A seguir, com o auxílio de um roteiro, é aplicada essa ferramenta, anotando os resultados no mapa desenhado, ilustrando-o de forma visível e compreensível ao grupo.

Esse mapa serve para obter informações do tipo:

- estrutura física, natural e construída: áreas de uso individual e comum, áreas produtivas e não produtivas da UC;

- identificação das diferentes áreas, locais, problemas e conflitos de uma região quanto aos aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais.

Durante o processo de representação, surgem histórias que dão sentido mais qualitativo às informações. Fatos da realidade, do passado e do cotidiano presente são contados a partir da construção do mapa. São percebidas as impressões a respeito do meio ambiente local e da maneira como as comunidades organizam e representam o espaço, proporcionam compreensão do processo histórico passado, presente e as projeções futuras de um determinado local, facilitando a compreensão da correlação entre os aspectos naturais e sociais.

Como proceder:

- as pessoas se reúnem em grupos para desenhar, a partir de um contorno da área que pode ser previamente preparado pela equipe moderadora, os aspectos principais que possam representar o local em que vivem;
- podem ser utilizados materiais diversos, tais como pedras, paus, pedaços de materiais, folhas, papel, ou o próprio chão, lápis colorido, giz de cera, etc.;
- todo o processo de representação acontece de maneira interativa e dialogada;
- recomenda-se o uso de legendas desenhadas para facilitar o entendimento do grupo.

A partir das discussões e da elaboração do mapa falado, promove-se a troca de informações entre os grupos, integrando suas visões sobre a unidade e construindo informações que representem a totalidade do território, em relação às principais questões – dificuldades, oportunidades e conflitos – que são anotadas em papel grande disposto em local visível a todos.

Os **produtos** finais dessa técnica/ferramenta são:

- um mapa da Resex/RDS desenhado e ilustrado;
- lista das principais dificuldades, oportunidades e conflitos da Resex/RDS.

Na opinião de lideranças da oficina de Porto Velho e Belém, res-

pectivamente, “o mapa falado não é perfeito, como os mapas que se conhece, mas apresenta informações que os mapas geralmente não mostram. São formados subgrupos espontâneos que desenham parte do mapa, a partir de sua experiência e vivência no espaço”; “é uma técnica que facilita as pessoas falarem e participarem (...) o meio de se fazer é espontâneo e isso estimula a expressão da comunidade”.

Boneco (Figura 7)

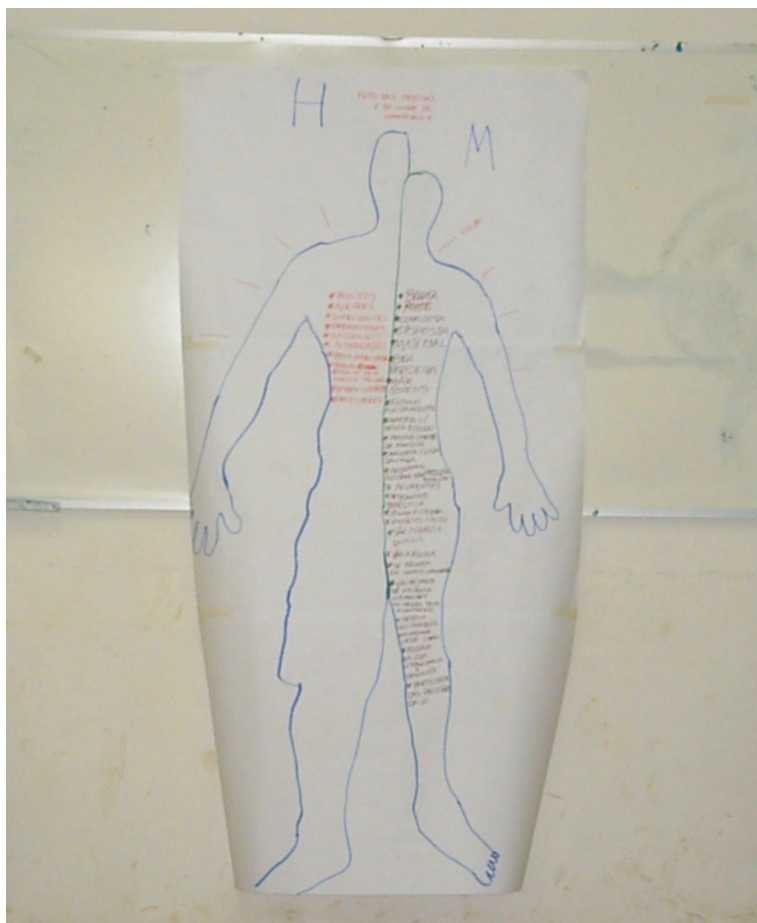


Figura 7 Exercício realizado na oficina na Reserva Extrativista Lago Cuniã – RO.

Foto: equipe Projeto Ocça.

O boneco é uma técnica que complementa o mapa falado. É desenhado no centro de um papel grande, disposto no chão, o contorno de uma figura humana, de modo que nas margens do papel (os lados), em cima e embaixo, algum voluntário do grupo deita-se e outra pessoa faz o seu contorno com a ajuda de um pincel colorido. O ideal é fazer o contorno de uma figura masculina e em outro papel uma figura feminina, representando o perfil de um homem e de uma mulher; moradores típicos daquela localidade ou grupo de localidades¹⁴.

Este foi elaborado com o objetivo de identificar o perfil dos moradores, os diferentes saberes, conhecimentos, práticas e modos de vida da população de cada uma das localidades que compõem a Resex.

O primeiro conjunto de perguntas deve servir para caracterizar o sujeito/indivíduo (homens e mulheres) que mora naquele local e identificar seus hábitos, saberes/conhecimentos e práticas. As respostas devem ser registradas (escritas ou com desenhos esquemáticos) no **interior** do contorno, ou seja, **dentro** do corpo desenhado.

As perguntas devem contribuir para o levantamento do **perfil** dos homens e das mulheres das comunidades.

O segundo conjunto de perguntas serve para caracterizar o **meio** em que vivem, as formas de organização comunitária, os grupos existentes, os principais problemas e os conflitos. Dessa vez, as respostas devem ser registradas nas margens do papel, fora do boneco, sugerindo o espaço de convivência social dos moradores.

As perguntas devem contribuir para levantar o **perfil social** dos homens e das mulheres moradores das comunidades.

Nas oficinas dos conselheiros de Resex/RDS houve necessidade de uma adaptação no segundo conjunto de perguntas, visando ao levantamento da situação do conselho das unidades

14 Devido às restrições de tempo, essa dinâmica foi aplicada nas oficinas dos conselheiros com um único contorno de boneco, com um corte longitudinal, em que um lado representava a figura masculina e o outro a feminina.

de conservação, tendo em vista a diversidade de realidades. Algumas estão com conselho recém-formado, outras ainda não iniciaram o processo de formação e outras já possuem conselho deliberativo instalado e os seus membros em processo inicial de capacitação. Essas modificações estão indicadas no final desse capítulo.

Como proceder:

- o grupo se posiciona ao redor do desenho do contorno da figura humana no chão ou em cima de uma mesa grande;
- o facilitador lança as perguntas e vai anotando as respostas (com palavras e/ou símbolos) no interior e fora do contorno do desenho. Pode pedir auxílio para alguém do grupo ir anotando com ele as respostas dos participantes.

Foi identificado durante a vivência e aplicação do boneco que essa ferramenta é propícia para iniciar um trabalho dentro de unidades de conservação.

Os **produtos** finais dessa técnica/ferramenta são:

- interior do contorno do boneco desenhado: o perfil da população moradora das unidades de conservação (homens e mulheres) retratado;
- espaço externo do boneco desenhado: as formas de organização social (comunitária) e/ou a situação do conselho deliberativo da Resex/RDS.

Segundo participantes da oficina de Brasília:

“O ‘boneco’, por ser um corpo falando, relaxa as tensões do ‘grupo e os comentários saem mais soltos”. “Dá a possibilidade de captar o olhar do outro sobre si mesmo”.

Diagrama de Venn/bolas (Figuras 8 e 9)

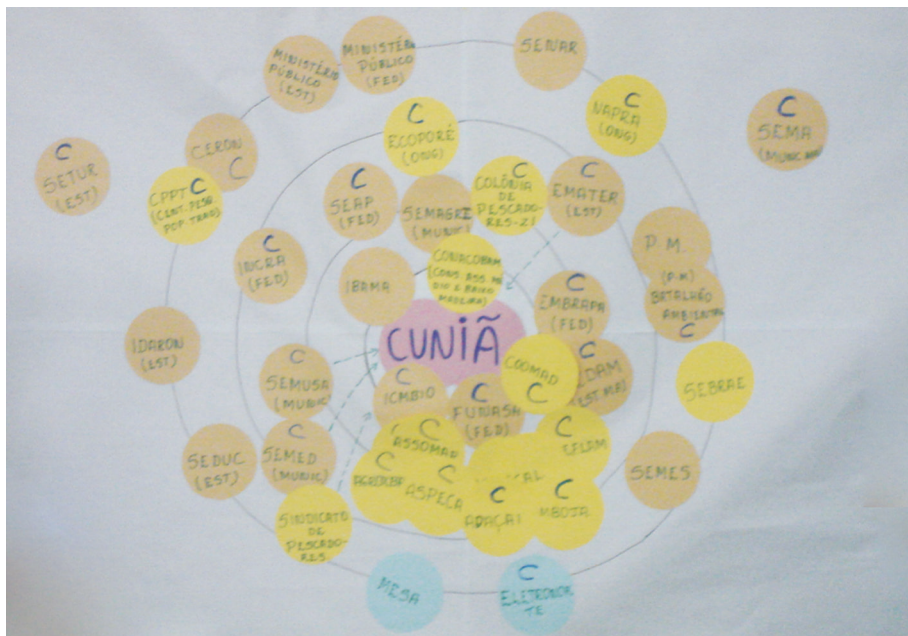


Figura 8. Exercício realizado na oficina da Reserva Extrativista do Lago Cuniã – RO.

Foto: equipe Projeto Occa.

Esta técnica, também utilizada em DRP, tem como objetivo: identificar os principais atores estratégicos da área, seus papéis, grau de importância e de envolvimento com a população moradora, bem como o grau de envolvimento e de importância dos órgãos públicos, instituições privadas, associações comunitárias, ONGs, projetos, programas e as relações entre eles. Permite comparar, avaliar, verificar a superposição ou a complementaridade dos trabalhos desenvolvidos no local. Ao estabelecer essas relações, é possível compreender o quanto a comunidade se sente próxima ou distante das entidades comparadas.

Nas oficinas com os conselheiros, a técnica também é aplicada com o objetivo de mapear os atores sociais intervenientes na UC, visualizando a composição ou a recomposição do conselho deliberativo. Possibilita, ainda, identificar a atual relação entre diferentes atores sociais e o papel que exercem ou deveriam exercer para melhorar a gestão da reserva.

Nas oficinas iniciais de construção coletiva da metodologia, a ferramenta foi aplicada em duas versões: utilizando bolas de cartolina colorida (em duas cores) ou com o auxílio de desenho, em papel grande, de círculos concêntricos e cartelas de cartolina retangulares. A segunda versão foi escolhida por ser mais simples de compreensão e construção (Figura 9).



Figura 9. Diagrama de Venn – oficina da Resex Lago do Cuniã – RO.
Foto: equipe Projeto Occa.

Como proceder:

- desenhar em papel grande, formando um painel, uma série de círculos concêntricos. No círculo do meio, escrever o nome da Resex/RDS a ser analisada;
- solicitar aos participantes que relacionem as diferentes instituições, grupos organizados, órgãos públicos, associações comunitárias, lideranças etc. que atuam na localidade específica. Relacionar os nomes em uma lista, num papel grande, próximo ao painel, bem visível;
- atribuir valores de acordo com a atuação e o trabalho realizado por cada uma das instituições listadas. Os valores podem ser simbolizados pela distância em relação ao círculo central. Os nomes das instituições serão escritos em pequenos cartões e colados mais perto ou mais longe do círculo central, indicando a proximidade ou o distanciamento de cada instituição em relação ao centro.

O resultado da aplicação dessa ferramenta é o mapeamento dos principais atores estratégicos existentes na Resex/RDS em questão, a visualização de quanto cada ator está envolvido com a unidade (muito, pouco ou mais ou menos) e uma discussão dos papéis de cada um desses atores mapeados. Destaca-se que a discussão sobre os papéis de cada ator, em geral, estende-se para um debate interessante sobre o papel do conselho e dos conselheiros.

Os **produtos** finais desta técnica/ferramenta são:

- lista dos atores sociais com atuação ou intervenientes na UC;
- painel com o diagrama de bolas montado.

De acordo com um participante da oficina de Brasília, “o *diagrama de bolas permite identificar as interfaces das entidades com a UC. A definição de papéis é importante porque possibilita que a comunidade perceba que há outras instituições responsáveis também pela gestão da UC*”.

A seguir, um exemplo de diagrama de bolas (com círculos concêntricos) da Resex Lago do Cuniã, Flona Jacundá, e Esec Cuniã trabalhado de forma conjunta, visando à gestão integrada dessas UCs (Figura 10).



Figura 10. Diagrama de bolas da Resex Lago do Cuniã.

As três ferramentas – mapa falado, boneco e diagrama de bolas – fornecem informações complementares aos dados secundários existentes, frutos de estudos e de levantamentos anteriores sobre a unidade. A contribuição valiosa dos representantes da população moradora de Resex, com sua própria visão e saber, qualifica e atualiza as informações secundárias que, uma vez consolidadas, estruturam o diagnóstico social da Resex/RDS.

Construção do plano de ação integrada da Resex/RDS

Para a construção desse plano, três outras ferramentas foram selecionadas junto com os resultados colhidos das outras anteriores, que ajudam a ir conformando o planejamento participativo da unidade: **unidades de paisagem**¹⁵, **círculo das palavras e matriz ou quadro de planejamento**.

Essas técnicas podem ser utilizadas para a construção tanto do plano da UC quanto do plano do conselho da unidade. Durante suas aplicações e no debate que se travou a respeito da pertinência das técnicas, avaliou-se que elas também podem contribuir de forma substantiva para a construção participativa do plano de manejo e de utilização da reserva.

Nas oficinas com os conselheiros optou-se pela construção do plano de ação integrada da Resex/RDS, visualizando ações de curto prazo (máximo de 1 ano).

Unidades de paisagem (Figura 11)

Esta técnica pode ser considerada como uma ferramenta de desdobramento ou complemento do mapa falado. Sua construção permite identificar as diferentes paisagens que compõem o espaço físico-geográfico de Resex/RDS e, a partir daí, os diversos usos que se faz desses espaços, localizando os conflitos e os problemas existentes em cada cenário, e ainda visualizando os usos em potencial da unidade. Aprofunda e especifica, portanto, informações já levantadas no mapa falado.

Pode-se dizer também que as unidades de paisagem completam as informações que irão compor o diagnóstico socioambiental da unidade. Porém, o que motivou colocá-la no conjunto de ferramentas, que irão auxiliar a construção do plano de ação integrada, é que o seu resultado facilita a indicação das estratégias que irão compor o plano.

¹⁵ Originalmente essa técnica é também denominada “transepto espacial”.



Figura 11. Unidades de paisagem – oficina da Resex Rio Ouro Preto – RO.

Foto: equipe Projeto Ocça.

Como proceder:

- montagem, em papel grande, de quadro com dupla entrada de dados, formando um painel. No eixo horizontal do quadro, descrevem-se as diferentes paisagens da localidade com palavras e ilustrações desenhadas e/ou imagens. No eixo vertical são descritas as características, usos, conflitos/problemas e usos em potencial, cruzando essas informações com cada uma das paisagens selecionadas no eixo horizontal.

O **produto** final da técnica/ferramenta é: o próprio painel montado com as informações levantadas, discutidas e acordadas.

O quadro 1 a seguir dá uma noção do que se pode alcançar com a aplicação da ferramenta.

Foram escolhidas as unidades de paisagem das seguintes unidades de conservação: Resex Lago Cuniã, Esec Cuniã e Flona Jacundá (gestão integrada) – Rondônia.

Quadro 1. Unidade de Paisagem da Gestão Integrada Cuniã-Jacundá (RO).

	Rio Madeira	Várzea/terras alagadas/igapó (Repetido)	Terra firme	Várzea/terras alagadas/igapó (Repetido)	Lago Cuniã
Unidade de paisagem					
Características	Barrento, barrancos caídos, troncos, ouro, mercúrio, berçário de quelônios	Alaga de ano em ano, terra fértil	Tem cassiterita, bastante açaí, pedras preciosas, patauá, bacaba	Bastante capim; muita floresta aquática, área de alimentação de animais	Muito jacaré, água limpinha, muitos peixes, água quase parada, aves
Usos	Garimpo, lazer, transporte (pessoas e cargas), água para beber, pesca: dourado e filhote	Plantações temporárias: feijão, melancia, hortaliça, moradia, mandioca para farinha	Mandioca, farinha, moradia, gado, caça, açaí, castanha, pupunha, plano de gado	Improdutiva, agricultura, pesca: tambaqui, jatuarana	Pesca: pirarucu, jatuarana, transporte, lazer
Conflitos e problemas	Polição (lixo), esgoto, mercúrio, desmatamento na beira, enchente sem alagamentos	Gado, desmatamento, ocupação desordenada, enchente	Queimadas, desmatamento, desmoronamentos (no caso de Bom Jardim)	Incêndio pelos moradores do entorno, invasão de pescadores (inverno)	Caça, pesca, jacaré
Usos potenciais			Manejo madeireiro		Turismo, uso do jacaré

Segundo depoimentos colhidos durante a sessão de avaliação das ferramentas na oficina de Porto Velho:

“Provoca a **saída** do conhecimento das comunidades – ajuda a colocar para fora esse conhecimento que normalmente fica **preso** nas comunidades. Foi um despertar sobre a reserva”.

“A ferramenta serve para se trabalhar os conselheiros e também para as oficinas de elaboração do plano de manejo e para se pensar o zoneamento da unidade”.

“Não se pode chegar com as unidades já pré-definidas para discutir com o grupo. Deve ser construído com o grupo quais serão as unidades a ser trabalhadas. A gente chama isso de **construindo o saber.**”

Círculo das palavras (Figura 12)



Figura 12. Círculo das palavras – oficina da Resex Rio Cajari – AP.

Foto: equipe Projeto Occa.

O propósito desta técnica é estabelecer uma ordem de prioridade das questões-desafio já levantadas e amplamente discutidas durante a construção das ferramentas anteriores. Mais uma vez é provocada a reflexão sobre os aspectos que impedem a gestão da unidade e o seu melhor funcionamento, tendo a intenção explícita de eleger as questões que o grupo considera como as mais importantes ou urgentes de ser resolvidas.

A escolha das palavras que compõem o círculo, os temas ou os problemas relacionados à Resex/RDS não deve representar categorias muito amplas, como pesquisa, impacto ambiental e poluição. Categorias mais restritas e objetivas contribuem para que se consiga compreender melhor a diversidade e a hierarquia dos problemas ou temas.

Como proceder:

- Listar as questões já trabalhadas pelo grupo e identificadas como questões-desafio (problemas). Pode-se usar para essa seleção a tempestade de ideias, provocando a recordação de problemas já mencionados nas discussões anteriores. Anotar tudo que surgir em papel grande e visível ao grupo.
- Junto com o grupo, agrupar as ideias semelhantes, criando as categorias (temas ou palavras) que irão compor o círculo.
- Preenchimento simultâneo do círculo. O facilitador preenche no papel grande e os participantes em folhas de papel A4. O nome da Resex/comunidade deve ser colocado no centro do círculo e as questões (categorias de problemas) vão ser dispostas no entorno do centro, como no exemplo a seguir.
- É importante deixar sempre dois ou três espaços em branco para que, individualmente, o participante possa lembrar algumas questões-desafio que não tenham sido pensadas e, assim, contribuir com a dinâmica.
- O facilitador pede para que, em duplas, se avalie as questões listadas. Cada dupla poderá preencher um ou mais espaços deixados em branco com alguma questão que não esteja identificada no desenho. Em seguida, escolher um número máximo de três ou quatro questões consideradas mais importantes para serem contempladas no plano de ação e sublinhar as opções

escolhidas. Nesse momento, o facilitador deve afirmar a importância da seleção das questões, pois cada manifestação das duplas irá refletir no resultado do conjunto.

- O facilitador, usando o desenho do círculo do papel grande, que serviu de modelo para o preenchimento das duplas tabula o resultado do grupo, perguntando, a cada questão, quantos a sublinharam. Registrar no desenho grande o número de **votos** de cada questão priorizada pelas duplas.
- Com a ajuda do grupo, fazer a síntese dos resultados. O facilitador faz uma leitura do círculo preenchido, lembrando aos participantes que o produto será utilizado para compor as principais questões-desafio do plano de ação em construção. As questões prioritárias selecionadas pelo grupo serão a base para as estratégias do plano.

O **produto** final desta técnica/ferramenta é:

- O painel montado com as questões-desafio levantadas, discutidas e priorizadas.

Exemplo de um círculo das palavras preenchido a partir da realidade da Resex do Médio Juruá (AM) (Figura 13).



Figura 13. Círculo das palavras relativo à Resex Médio Juruá (AM).

Neste exemplo, preenchido a partir da realidade da Resex Médio Juruá (AM):

- As caixas com borda vermelha indicam as questões citadas pelos participantes e adicionadas à lista inicial de problemas.
- A soma dos **votos** que cada problema obteve está entre parênteses no diagrama.
- Os problemas eleitos como prioritários estão indicados nas caixas amarelas no diagrama: fragilidade da organização comunitária, escolhida por três duplas; envolvimento dos moradores nos crimes ambientais; falta de fiscalização; falta de meios de comunicação, opções escolhidas por duas duplas cada uma.

Matriz ou quadro de planejamento (Figuras 14 e 15)

É no momento de preencher o quadro de planejamento que se dá a discussão e a construção das estratégias de ação. Na oportunidade, é preciso acordar também o prazo para que as ações ocorram.



Figura 14. Apresentação e explicação em plenária da ferramenta quadro de planejamento da Resex Tapajós-Arapiuns – PA.

Foto: equipe Projeto Occa.

Todas as informações produzidas até aqui vão recheiar as discussões e auxiliar a escolha das estratégias de ação que devem ser organizadas nesta etapa.

O quadro de planejamento apresentado a seguir foi fruto de inúmeras discussões, desde a primeira oficina ocorrida em Brasília, e os itens que o compõem sofreram muitas alterações. É importante ressaltar que mesmo esse modelo, acordado por muitos, pode e deve ser discutido e adaptado à realidade de cada unidade ou comunidade onde será aplicado.

Como proceder (Quadro 2):

- Dividir o grupo em subgrupos que ficarão com a tarefa de construir o quadro de planejamento para uma ou mais questão-de-safio (ou tema focal) escolhida.
- Na primeira coluna **o quê? (quais os problemas?)** recupera-se as questões priorizadas na aplicação da ferramenta **círculo das palavras**, desdobrando-as, se necessário, em subtemas relacionados ao problema principal.
- A coluna **como? (que soluções ou encaminhamentos são possíveis?)** será preenchida com as estratégias de ação a serem construídas para cada questão priorizada da coluna anterior. Aqui, o exercício a ser realizado é de recuperação das discussões travadas ao longo da aplicação das ferramentas anteriores, e de transformação em estratégias de ação – o que pode ser feito?
- O preenchimento da coluna **com quem contamos? (quais são os grupos e instituições que podem se envolver?)** é auxiliado pelas informações geradas na aplicação do **diagrama de bolas**.
- As colunas **responsáveis na comunidade e responsável no conselho** estimulam a identificação dos atores estratégicos que podem contribuir no encaminhamento de cada estratégia construída.
- A última coluna a ser preenchida – **quando? (em quanto tempo teremos a solução?)** é um exercício de prospecção no tempo, em curto, médio ou longo prazo.
- Juntar os quadros construídos para visualização do plano de ação integrada da Resex.

É importante que no momento da construção do **quadro de planejamento** todos os painéis e quadros produzidos anteriormente estejam disponíveis para os grupos.

A junção dos quadros de planejamento construídos pelos diferentes subgrupos dá um primeiro esboço do plano de ação integrada da Resex em questão. Para aprimorá-lo, será necessário consolidá-lo com as demais informações coletadas tanto nas oficinas participativas como em outras fontes secundárias.



Figura 15 Elaboração em subgrupo do quadro de planejamento da Resex Tapajós-Arapiuns – PA.

Foto: equipe Projeto Occa.

Quadro 2. Planejamento preenchido por representantes da Resex Capanã Grande.

O QUÊ? (quais os problemas?)	COMO? (que soluções ou encaminhamentos são possíveis?)	COM QUEM CONTAMOS? (quais os grupos e instituições que podem se envolver?)
Conflitos com os índios	Organizar reuniões conjuntas entre as lideranças, buscando acordos nos quais todos possam ganhar	Ibama/ICMBio Funai Câmara Municipal de Manicoré
Regularização fundiária	Mobilizar as lideranças para organizar e estruturar encontros com o ICMBio	ICMBio
Geração de renda (comercialização da produção)	Capacitação técnica com o Idam	Idam ICMBio/CNPT
	– Elaboração de projetos para captação de recursos – Definir a associação comunitária proponente para encaminhar à Secretaria de Agroextrativismo/MMA	ICMBio/CNPT
	Pesquisas sobre turismo, pesca, jacaré, artesanato	ICMBio, ARPA, INPA, Cooperativa das Mulheres
Invasores externos	Integração com o entorno com a realização de oficinas de educação ambiental	ICMBio/CNPT, UEA, CNS, Semed, Agentes de saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente Assentamento São José
	Curso de atualização de agentes ambientais voluntários	Ibama e ICMBio

RESPONSÁVEIS NA COMUNIDADE (quem conhece o problema e pode contribuir?)	RESPONSÁVEL NO CONSELHO (quem dos conselheiros comunitários pode contribuir na articulação com as entidades parceiras?)	QUANDO? (em quanto tempo teremos a solução?)
CAAC	ICMBio/CNPT Câmara Municipal CAAC	1 ano o trabalho já teve início com o Ministério Público
CAAC (Zacarias Orivaldo e Dulce)	ICMBio/CNPT CAAC	2 anos O processo está em andamento na Diusp
Zacarias	Idam e Zacarias	Em 6 meses
Zacarias e Dulce	Altemar	Em 3 meses
CAAC (Orivaldo, Zacarias e Dulce) Dulce e Carmina	Altemar e Zacarias, Dulce	Em andamento dar sequência
AAV (CAAC)	Altemar – ICMBio CAAC (Zacarias e Dulce)	A partir de julho de 2008
Agentes ambientais voluntários CAAC	Altemar CAAC Zacarias e Dulce	A partir de julho de 2008

Depoimentos colhidos durante a sessão de avaliação das ferramentas na oficina de Porto Velho:

“Logo que a gente chega é preciso conversar com a comunidade com muito cuidado. Procurar um meio para entender eles e eles entender o que a gente está falando”.

“Nós, separados, não vamos ter condições de fazer reunião nas comunidades. Juntos, mesmo não sabendo explicar tudo, mas com a ajuda dos desenhos, pode ficar mais fácil”.

“Em grupo, com planejamento, convidando toda a comunidade, explicando devagar, por partes, pode fortalecer”.

Técnicas interativas

As técnicas interativas – dinâmicas e jogos teatrais – proporcionam momentos de integração, atenção, criatividade, alegria e aprendizado de todos os envolvidos no processo, que facilitam e ajudam a socialização do grupo e sua concentração (Figuras 16, 17 e 18).



Figura 16. Dinâmica **teia da vida** – oficina da Resex Tapajós-Arapiuns – PA.

Foto: equipe Projeto Occa.

Essas técnicas exercem funções tanto subjetivas, de desenvolvimento da auto-estima, confiança no grupo, entrosamento e abertura para o novo, quanto objetivas, como o cumprimento aos horários estabelecidos, preparo do corpo para permanecer ativo durante os trabalhos, preparo da mente para se manter conectado com as discussões e aprendizado, e preparo do espírito para trabalhar em ambiente produtivo, fraterno e de luz para o planeta.

O conjunto de dinâmicas apresentado a seguir foi fruto de uma seleção que visou atender às necessidades e às características deste trabalho.

Dinâmicas de apresentação: para eliminar tensões, reduzir a timidez, proporcionar um ambiente de cordialidade e um clima de aceitação mútua. Se no início dos trabalhos for conseguido um clima de entusiasmo, os participantes manterão essa atmosfera durante a atividade. A participação ativa e a segurança dos componentes do grupo são fatores fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.



Figura 17. Dinâmica de apresentação denominada **barco** – oficina Resex Rio Ouro Preto – RO.

Foto: equipe Projeto Occa.

Dinâmicas de descontração: tem por objetivo descontrair, fazer o grupo sair da monotonia, trabalhando de forma lúdica e envolvendo todos os participantes em uma música, um jogral, etc. Esse tipo de dinâmica pode também ser utilizado para despertar o interesse do grupo por um tema específico, predispondo-o a uma participação mais efetiva. A atividade abre oportunidade para a expressão mais livre e espontânea dos participantes.

Dinâmicas de aplicação: contribuem no repasse do conteúdo, facilitando sua assimilação. Exemplos: estudo dirigido em grupo; construção de cartazes a partir do que foi estudado; dramatizações; músicas e poesias construídas no processo de reflexão, debate e estudo dos participantes. O facilitador deve estar constantemente atento para reorientar os grupos e resolver suas dúvidas, alimentando-os com dados e informações, porém sem lhes dar soluções (Figuras 18 e 19).



Figura 18. Dinâmica **teia da vida** – oficina Resex Rio Ouro Preto – RO

Foto: equipe Projeto Occa.



Figura 19. Elaboração do mapa falado – oficina Resex Rio Ouro Preto – RO.

Foto: equipe Projeto Occa.

Dinâmicas de avaliação: a reflexão sobre o trabalho produzido – pontos fortes, pontos fracos e sugestões para melhoramentos, ajudam a identificar as expectativas que não foram atingidas e ajustar, ou mesmo alterar, o planejamento de futuras atividades. O incentivo constante à reflexão sobre a finalidade de cada exercício vivenciado e de como eles podem ser aplicados nas diversas realidades dos participantes traz significado ao trabalho coletivo. As dinâmicas de avaliação também se constituem em momentos de celebração do grupo.

As dinâmicas interativas foram incorporadas à metodologia construída, contribuindo enormemente para criar e manter no grupo uma convivência harmoniosa e favorável durante as oficinas (Fig. 21 e 22).



Figura 20. Apresentação do tema plano de manejo – oficina Resex Lago do Cuniã – RO.

Foto: equipe Projeto Occa.



Figura 21. Oficina Resex Lago do Cuniã – RO.

Foto: equipe Projeto Occa.



Figura 22. Oficina da Resex Tapajós-Arapiuns – PA.

Foto: equipe Projeto Occa.

Teatro-fórum

A ferramenta **teatro** se apresenta nesse projeto como possibilidade bastante interessante na gestão ou negociação de conflitos. Foi aplicada por meio da técnica do **teatro-fórum**, parte integrante do conjunto de técnicas do **teatro do oprimido**, de Augusto Boal. O **teatro didático** foi também utilizado como alternativa lúdica de repasse de informações e conhecimentos técnicos (Figuras 23, 24 e 25).

O teatro como linguagem tem a serventia de olhar de fora uma questão ou problema e trazer à tona a reflexão sobre aquela situação. Ao representar a situação, pode-se deparar com várias maneiras de resolução do problema.



Figura 23. Ensaio do teatro-fórum – oficina Resex Lago do Cuniã – RO.

Foto: equipe Projeto Occa.

O teatro-fórum tem como princípio construir uma cena teatral aberta a partir de uma situação real de opressão, vivida e relatada por um ou mais participantes do grupo. As estratégias desenvolvidas pelos participantes levam a retratar a cena em que há oprimidos e opressores, levando os participantes a sair do locus de opressão a partir do conflito relatado. As propostas são trazidas por quem está vivendo a situação e a resolução é buscada com a participação de todos. É um exercício que traz o olhar sobre o outro, sobre si e sobre a humanidade.



Figura 24. Preparação do teatro-fórum – oficina da Resex Tapajós-Arapiuns – PA.

Foto: equipe Projeto Occa.

4. Metodologia construída e vivenciada nas oficinas Occa



Figura 25. Teatro-fórum – oficina da Resex Tapajós-Arapiuns – PA.

Foto: equipe Projeto Ocça.

Todos participam – atores e espectadores. Os que não estão na cena mostrando o problema/conflicto deverão propor caminhos diversos para chegar às soluções. O objetivo em foco é observar, analisar e buscar um caminho que ajude a gestão do conflito apresentado.

A mediação pelo teatro-fórum é um processo em que os participantes têm possibilidade de repensar seus conflitos e buscar opções para seus problemas através do diálogo. As partes em conflito, auxiliadas por um mediador (pessoa preparada para conduzir o processo), chegam, elas próprias, às condições de solução. O mediador não apresenta propostas, apenas conduz o processo de diálogo. Em seu mais amplo sentido, a mediação através do teatro-fórum atua na construção de uma cultura de paz e de direitos, visando melhorar as relações humanas, diminuir a violência e gerar possibilidades de crescimento individual e comunitário. A mediação como método de

gestão de conflitos pode ser empregada de várias formas. O teatro-fórum dentro do Teatro do Oprimido, metodologia criada por Augusto Boal, é uma dessas formas.

Embora a técnica do teatro-fórum sirva também para encontrar a solução de conflitos, este é apenas um dos resultados possíveis. No processo como um todo, reside a importância do Teatro, sobretudo pela sua função pedagógica, educativa e artística, ao tratar o conflito a partir de uma atitude de diálogo.

Por ser o teatro-fórum uma ferramenta com possibilidades de mediação comunitária, é importante que os mediadores capacitados sejam da própria comunidade, que conheçam a realidade do local em que residem. O papel do mediador será de sensibilizar os envolvidos para se perceberem no lugar do outro. A partir desse exercício, as motivações para a resolução do conflito afloram com maior facilidade. Será necessário sensibilizar e preparar as pessoas para despertar esse trabalho em outras mais. Para isso existe metodologia preparada com material organizado para a capacitação e formação de multiplicadores.

O teatro-fórum teve espaço e foi testado neste trabalho com técnicos gestores e lideranças comunitárias de Resex/RDS, enquanto experimentação inicial. Foi utilizado como ferramenta demonstrativa, amostra da possibilidade de seu uso na gestão de conflitos. Mesmo sem tempo suficiente para sua aplicação integral, foi uma ferramenta muito bem avaliada, apesar de ter que ser amadurecida e melhor absorvida por todos, se for avaliada como técnica adequada para o trabalho com populações tradicionais da Amazônia. Apresentar, sensibilizar, aplicar e validar a ferramenta foi o objetivo que teve resultado muito positivo durante o projeto.

Logo após as vivências, houve o repasse da técnica e a reflexão conjunta sobre o aprendizado, a validade e as possibilidades de aplicação.

“...Muito interessante, mas a confiança que se conquista nos outros é só de quem tem conhecimento e, no caso, a gente ainda não tem. Teremos que treinar...”

....O teatro foi muito importante para mostrar as realidades por diferentes olhares...

(comentários de participantes na rodada de avaliação em uma das oficinas).

Considerações sobre a metodologia adotada

As técnicas utilizadas para a construção tanto do **diagnóstico socioambiental** quanto do plano de ação integrada de Resex/RDS produzem um conjunto de informações que se articulam e se complementam, dando sentido e orientação para as tomadas de decisões concernentes à gestão como um todo da unidade. O processo de construção sendo participativo, lúdico e interativo estimula e facilita a apropriação do saber, além de contribuir para o fortalecimento tanto da missão de uma Resex/RDS quanto do sentimento de pertencimento e responsabilidade pela gestão.

A inclusão de lideranças comunitárias, opinando e vivenciando as técnicas sugeridas, foi fundamental para o aperfeiçoamento e a adequação da metodologia a ser adotada nos conselhos. Percebe-se que o método construído agora se apresenta de forma mais clara e definida. No âmbito do Projeto Occa, ele pode ser testado nas oficinas de capacitação dos conselheiros comunitários em sete unidades da região amazônica. A melhor compreensão dos objetivos dessa construção vem sendo alcançada aos poucos. À medida que se vivencia e avalia mais e mais o conjunto de ferramentas adotadas na composição do método escolhido é que se vai influenciando no funcionamento da gestão, trazendo nova dimensão mais participativa e efetiva aos conselhos deliberativos. Tanto os técnicos articuladores envolvidos na construção da metodologia como os comunitários que a vivenciaram até agora podem ser considerados multiplicadores em potencial do método construído.

Ao longo do processo percorrido pelo Projeto Occa, avaliou-se que a metodologia construída contribui efetivamente para qualificar a participação e a inclusão dos conselheiros comunitários no processo de gestão das unidades. As ferramentas podem ainda ser utilizadas para ajudar na construção dos diferentes planos da unidade: utilização, manejo, plano de ação da Resex/RDS e o próprio plano do conselho deliberativo.

Sobre a atividade de moderação das oficinas

Os participantes das oficinas do Projeto Occa afirmaram em diversas ocasiões que as ferramentas utilizadas são democráticas, pois permitem que as informações principais sobre a realidade das unidades sejam socializadas e analisadas de forma simples, facilitando a participação e a compreensão dos comunitários. Destacou-se que as ferramentas, ou qualquer metodologia que venha a ser adotada na formação e na capacitação dos conselhos, por si só não são democráticas, quem as aplica precisará utilizá-las de forma democrática.

Esse aspecto nos leva a afirmar que o processo de moderação ou de mediação de oficinas dessa natureza, além de ser educativo é também eminentemente político, capaz de transformar as relações de poder dos territórios. As ações de pessoas dedicadas à tarefa da moderação, sob o enfoque participativo, terão consequências que são, em sentido mais amplo, políticas.

Segundo Chambers e Guitj (1995),

Poder, controle e autoridade são parte de processos participativos. Podem surgir conflitos, disputas e tensões com a participação num processo semelhante, podendo ser perigoso não levá-los em consideração. Todos devem estar conscientes dos elementos de poder e controle, disputa e conflito que fazem parte de um enfoque para o desenvolvimento (...). Todos os participantes devem aprender e preparar-se para enfrentar esses aspectos, o que pode implicar em adotar a posição de um lado ou de outro, ou assumir um papel de mediação ou de negociação. Todos esses atos são políticos.

Aquele que toma para si a tarefa de moderar processos participativos dessa natureza deve entender que tem um papel a desempenhar, sobretudo o de facilitar as análises que se tem da realidade e a tomada de decisões de forma consciente, a partir do **olhar** dos comunitários sobre a comunidade e do diálogo entre os diferentes saberes, que deve ser provocado pelo(a) mediador(a), para que seja de fato construído um conhecimento compartilhado.

Para que isso aconteça é preciso: aprender a calar-se; ouvir as pessoas e respeitá-las; comunicar-se a partir de uma linguagem clara; criar um ambiente de confiança e descontraído; saber controlar sua ansiedade, ponderando os momentos de mostrar suas próprias ideias; facilitar a discussão sem induzir; possuir conhecimento sobre o assunto em discussão; estar atento para aproveitar os **ganchos** e as **deixas** dos participantes, introduzindo as questões de forma espontânea; explorar temas novos/inesperados colocados pelos participantes, se forem relevantes; organizar as informações que são o conjunto de percepções dos representantes das comunidades sobre o território; incentivar a participação de todos na construção de consensos que, na maioria das vezes, ainda não estão construídos. É uma questão sutil de poder educativo e político, de incentivo ao desenvolvimento das análises que estão sendo produzidas a todo o momento nas oficinas.

Todas essas características, relevantes no papel da moderação, não produzem **neutralidade** no educador(a) mediador(a). Além de coletar e organizar as informações, também está produzindo com o grupo e assim, invariavelmente, coloca sua marca, sua subjetividade, seu posicionamento político no momento da discussão com o grupo. Nesse sentido, a qualificação do moderador é fundamental para que sejam produzidas informações e análises fidedignas, consistentes e relevantes.

José Silva Quintas comentou a esse respeito, na oficina de Brasília, que o educador pode não ter um partido político, mas **tem um lado**, portanto, a mediação que exerce **não** é neutra. Ressaltou que os processos de ensino-aprendizagem precisam estar respaldados entre os diferentes saberes populares e na diversidade das culturas e das características dos grupos demandantes. Os educadores/mediadores do grupo precisam “pegar numa ponta da realidade e dessa ponta fazer o tricô”.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

(versão popular de Frei Betto)

Todos nascemos livres e somos iguais em dignidade e direitos.
Todos temos direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e social.

Todos temos direito de resguardar a casa, a família e a honra.

Todos temos direito ao trabalho digno e bem remunerado.

Todos temos direito ao descanso e ao lazer.

Todos temos direito à saúde assistida.

Todos temos direito à instrução, à escola, à arte e à cultura.

Todos temos direito ao amparo social na infância e na velhice.

Todos temos direito à organização popular, sindical e política.

Todos temos direito de eleger e ser eleito.

Todos temos direito à informação verdadeira e correta.

Todos temos direito de ir e vir.

Todos temos direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação.

Todos somos iguais perante a lei.

Todos temos o direito de defesa.

Todos que uma vez incriminado é inocente até que se prove o contrário.

Todos temos liberdade de pensar, de nos manifestar, de nos reunir e de crer.

Todos temos direito ao amor e aos frutos do amor.

Todos temos o dever de respeitar e proteger os direitos da comunidade.

Todos temos o dever de lutar pela conquista e ampliação destes direitos.

Todos somos um!!!!

5. Visão geral do processo e recomendações

“...temos um projeto de construir uma proposta de Resex e de ser sustentável nas suas diferentes dimensões. Esse é o nosso projeto e passa necessariamente por tencionar uma série de coisas que está aí na sociedade brasileira” (participante da oficina de Brasília, fevereiro de 2008).

Pontos de reflexão para o trabalho de fortalecimento dos conselhos deliberativos de Resex e de RDS levantados pelos articuladores regionais e a equipe técnica envolvida com o Projeto Occa.¹⁶

Antes de registrar alguns depoimentos dos participantes presentes nas fichas de avaliação sobre o Projeto Occa, é necessário chamar a atenção para o fato de que a **reflexão sobre o processo** vivenciado é bastante relevante para o processo de elaboração de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos conselhos de unidades de conservação, por meio de capacitação. É o momento que nos permite aprofundar o entendimento sobre questões que são pertinentes aos temas, programas e políticas em curso.

A reflexão socializada e organizada poderá ainda contribuir para avançar a produção de frutos diversos e descentralizados nas mais diferentes regiões e unidades de conservação do País.

¹⁶ Os depoimentos aqui transcritos foram retirados das fichas de avaliação preenchidas pelos gestores de Resex/RDS envolvidos no Projeto Occa e articuladores regionais que participaram e contribuíram com a equipe técnica da Diusp/ICMBio.

5.1 A adequação da metodologia construída

A metodologia construída é adequada para a formação e o fortalecimento dos conselheiros comunitários de Resex/RDS?

“A metodologia envolve diferentes dinâmicas e formas de conquistar o público, bem como formas de aprendizado, estimulando visualmente, sonoramente e didaticamente os conselheiros e outros participantes. A Resex Lago do Capanã Grande vivencia uma fase de transição, em que ficou 7 meses sem um gestor, e uma série de conflitos fundiários que culminaram no enfraquecimento do conselho deliberativo e no descrédito da UC perante os comunitários. A aplicação de metodologias como o Occa favoreceu a voz ativa dos participantes, a integração com a nova gestora e o resgate de temas que estavam muito obscuros e muito pouco trabalhados na UC, desde conceitos simples, como a definição do que é uma Resex, ou o que é possível fazer dentro de uma Resex, segundo o Snuc, até o próprio papel do conselheiro. Inúmeras vezes, durante a programação da Oficina Occa, ouvi temas que já haviam sido abordados ao longo do ano passado, com a comunidade, que soaram como novidade para eles... e são as mesmas pessoas, os mesmos conselheiros. Então, isso se explica pela forma como o conhecimento é passado e justifica a metodologia aplicada no Occa” (Vivian Mara Uhlig, gestora da Resex Capanã Grande – AM).

“A metodologia é adequada, mas, no entanto, precisa ser ajustada para que o uso das ferramentas contemple as necessidades de cada UC. É importante atrelar seu uso às demandas manifestadas pela comunidade/gestores da UC, para que seja realmente percebido o sentido de seu uso e haja apropriação (e quem sabe até subversão) da proposta pelos comunitários. Exemplos onde houve essa necessidade foi o uso da ferramenta ‘unidades de paisagem’ (transecto) na oficina da Resex Cuniã e a parte de ‘base legal’, e as apresentações sobre plano de manejo adaptadas na aplicação da metodologia na oficina da Resex Cajari” (Jerônimo Carvalho, articulador regional e gestor da Resex Barreiro das Antas – Guajará-Mirim – RO).

“...Um ponto importante é trabalhar algum mecanismo para a retroalimentação dessas ferramentas, isto é, pode ser que elas sejam

adequadas para o momento, mas com o passar do tempo talvez tenhamos que atualizá-las. É importante também que as comunidades ou o público-alvo dessas metodologias compreendam o seu significado, pois se a ferramenta for ineficiente neste aspecto ela fica sem sentido” (Manoel Delvo Bizerra dos Santos, gestor da APA Igarapé Gelado – Parauapebas/PA).

“A metodologia permite amadurecimento, participação e multiplicação do conhecimento sobre o conselho gestor, bem como a aplicação de ferramentas participativas que os próprios comunitários podem usá-las em suas reuniões” (Cristiano Andrey Souza do Vale, gestor da Resex Cuniã – RO).

“É adequada por ser uma forma simples e fácil, mas muito eficiente, do comunitário expor a sua realidade e se perceber como ator do processo, fortalecendo o conselho” (Ligia Mara Coser, gestora Resex Arioca-Pruanã – PA).

“Foi possível observar que as metodologias estão pautadas nas ideias de gestão participativa, com o envolvimento direto das comunidades interessadas, e isso possibilita maior entendimento dessas comunidades acerca das tomadas de decisões, bem como o fortalecimento dos conselhos gestores através de seus conselheiros” (Elaine Christina O. do Carmo, articuladora regional/Acre).

“Escolher a metodologia a ser usada em processos de capacitação com comunidades tradicionais é um grande desafio. O projeto Occa, por ter escolhido e testado nos mais diversos ambientes algumas dessas ferramentas, conseguiu construir um roteiro que atende a necessidade das UCs brasileiras quanto à capacitação em alguns conteúdos” (Daniel Miranda P. De Castro, articulador regional/PA).

5.2 Uso de ferramentas/técnicas escolhidas

Desde o início do Projeto Occa (fevereiro de 2008) até o seu término (março de 2009) você utilizou algumas dessas ferramentas em seu trabalho como gestor/técnico articulador? Quais?

Pensando na gestão participativa de Resex/RDS, que outros usos vocês identificam para as ferramentas apreendidas/exercitadas no Projeto Occa?

“As ferramentas realmente facilitam e integram as comunidades. Elas podem colaborar para identificar e facilitar a definição de atividades, atores, conflitos, problemas, soluções, planejamentos, projetos, programas, ações, diagnósticos para gestão, fortalecimento dos conselhos e planos de utilização/manejo. Têm uma gama de utilidades no trato com as comunidades. Em uma oficina com analistas ambientais do NEA/Ibama/PB utilizei mapa falado, dinâmica do boneco, diagrama de Venn, unidade de paisagem, círculo das palavras e quadro de planejamento. Os analistas do NEA/PB utilizaram as ferramentas do mapa falado e dinâmica do boneco no diagnóstico socioambiental das comunidades pesqueiras, onde há ocorrência de lagosta nos municípios de Baía da Traição, Cabedelo, Pitimbu, Distrito de Acaú e João Pessoa, e com a colônia de pescadores de Tambaú. (Marisanta Farias Nóbrega, articuladora regional Resex Acaú-Goiana (PB e PE) e CR Cabedelo – PB, CR6).

“Em todas as reuniões comunitárias onde é importante a participação efetiva de um maior número de comunitários, essas ferramentas serão úteis, pois viabilizam a participação efetiva de mais pessoas das comunidades” (Rodrigo Rodrigues, equipe técnica da Diusp).

“O diagrama de Venn foi utilizado nas reuniões realizadas na Resex do Alto Tarauacá, com o intuito de identificar instituições que podem vir a fazer parte do conselho que está em processo de formação. A dinâmica do boneco foi utilizada no mesmo processo de formação deste conselho, sendo utilizada para ajudar os comunitários a identificar seus representantes (conselheiros). O mapa falado foi trabalhado em reuniões sobre acordos de pesca” (Elaine Christina O. do Carmo, articuladora regional/Acre).

“As ferramentas podem ser utilizadas para discutir questões relacionadas ao conselho; elaborar e revisar o plano de manejo da unidade no planejamento e na execução dos programas de proteção, monitoramento, mediação de crises, treinamentos, entre outros usos” (Manoel Delvo Bizerra dos Santos, gestor da APA Igarapé Gelado – Parauapebas/PA).

“As ferramentas podem ser utilizadas também na construção dos planos de utilização e dos diferentes Planos de Manejo da UC, na gestão de conflitos e na construção de outros projetos produtivos para a UC” (Rogério Eliseu Egewarth – equipe técnica da Diusp).

5.3 Mediação/aplicação das ferramentas

Você se sente capaz de aplicar a metodologia construída durante o Projeto Occa e multiplicá-la para outras pessoas (os comunitários, gestores e equipes técnicas da sua região)?

“Algumas ferramentas acho que posso aplicá-las sem muitas dificuldades, contudo, outras, são mais complexas e exigirá um esforço maior, como exemplo, cito a aplicação das técnicas teatrais, que exigem habilidades que não se adquire rapidamente, mas tudo exige esforço, dedicação e acima de tudo prática e apoio”.

(Manoel Delvo Bizerra dos Santos, gestor da APA Igarapé Gelado – Parauapebas/PA).

“É importante que se conheça o conjunto das ferramentas relacionadas, para compreender quando e como utilizá-las. Como a ferramenta é o meio para se alcançar um propósito, o resultado de sua aplicação não surgirá apenas de alguma característica inerente à ferramenta, mas também da habilidade do aplicador em saber qual delas usar, a cada momento, e como combiná-las para conseguir alcançar o objetivo em circunstâncias variadas” (Jerônimo Carvalho, articulador regional e gestor da Resex Barreiro das Antas – Guajará-Mirim/RO).

“Até o momento, não senti dificuldades em aplicar as dinâmicas utilizadas, pois basta ter uma boa compreensão e saber quais informações você quer obter através delas, podendo, inclusive, fazer pequenas adaptações” (Elaine Christina O. do Carmo, articuladora regional/Acre).

5.4 Recomendações gerais

Se houver oportunidade de extensão do Projeto Occa para novas unidades, que recomendações você faria?

Um ponto bastante levantado nas rodadas de avaliação e também nos depoimentos presentes nas fichas foi quanto à importância da integração/afinação dos membros das equipes técnicas responsá-

veis pela condução e execução do trabalho. O tempo estimado para garantir as etapas de planejamento, execução e monitoramento do que está acontecendo, parece ser também fundamental para que o trabalho possa ir se aprimorando.

“É importante que haja uma equipe de coordenação bem afinada – afinação dos membros entre si e com o objetivo do projeto.”

É importante reservar mais tempo entre as oficinas locais para que a equipe de coordenação e os articuladores regionais possam discutir questões relacionadas ao desenvolvimento do programa, com o fim de adaptá-lo às necessidades de cada local. Talvez uma reunião via skype possa ajudar, desde que bem orientada, com proposta de pauta definida com antecedência, questões claras para se resolver, etc.

A formação de equipes de mediadores com um enfoque mais regional, talvez no âmbito das coordenações regionais do ICMBio ou dos estados. Esse recorte territorial pode facilitar o acompanhamento das diversas UCs e de processos em curso, diminuindo a demanda por participação direta dos técnicos de Brasília, os custos para a realização de capacitações/oficinas e melhorando a articulação entre os técnicos das UCs (Jerônimo Carvalho, articulador regional e gestor da Resex Barreiro das Antas – Guajará-Mirim/RO).

Na mesma direção dessa recomendação, é apresentado o depoimento de Tatiane Lima:

“Após a finalização desta etapa, o projeto deve ser revisto para ajustar as lacunas institucionais e de logística. Após esses ajustes, seria interessante pensar na descentralização da execução dessas capacitações, incorporando de maneira mais eficiente e produtiva os gestores locais e também as coordenações regionais” (Tatiane R. Lima, gestora da Resex Rio Ouro Preto, Guajará-Mirim/RO).

O aprimoramento da metodologia depende, em grande parte, da capacidade de técnicos e de gestores, em adequá-la às múltiplas realidades e demandas das UCs:

“Acredito que a cada dinâmica trabalhada com a comunidade, é sempre interessante reservar um momento para ouvir a percepção dos comunitários que participaram da atividade. Dessa forma podemos ter melhor entendimento se estamos conseguindo alcançar os

objetivos e, principalmente, sobre quais os pontos a serem reformulados, para que as ferramentas fiquem cada vez mais adequadas à realidade de cada comunidade” (Elaine Christina O. do Carmo, articuladora regional/Acre).

“Inicialmente, levantar um prévio diagnóstico das reais necessidades daquela comunidade/UC e posteriormente definir as ferramentas mais indicadas para os casos específicos. Ter uma equipe bem articulada, planejar e avaliar simultaneamente as técnicas utilizadas. Hoje estou lotada em uma coordenação regional do ICMBio – CR Cabedelo/PB, e recomendaria a aplicação da metodologia nas 31 UCs sob a jurisdição da CR 6, nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. A partir de um diagnóstico de todas as UCs da área, avaliaríamos quais as ferramentas que melhor se adaptam à realidade e às necessidades locais das UCs/comunidades, já que temos unidades de uso sustentável e proteção integral” (Marisanta Farias Nóbrega, articuladora regional Resex Acaú-Goiana/PB e PE e CR Cabedelo/PB – CR6).

“Outro ponto que entendo ser pertinente é a adequação do que vai ser aplicado – não apenas das ferramentas, mas sua sequência e o enfoque que vai ser dado a cada oficina – às demandas de cada unidade. Temos que tomar cuidado para não inverter as coisas, afinal, nosso propósito é trabalhar para as unidades e não apenas legitimar nesses trabalhos nossas propostas” (Jerônimo Carvalho, articulador regional e gestor da Resex Barreiro das Antas – Guajará-Mirim/RO).

Algumas recomendações quanto à importância de multiplicar a experiência para além das unidades já contempladas pelo Projeto Occa:

“Sugiro uma capacitação com a metodologia dos conselheiros comunitários, antes destes tomarem posse no conselho, a fim de deixá-los mais preparados e conseqüentemente mais à vontade para deliberar a respeito da unidade” (Rodrigo Rodrigues, equipe técnica da Diusp/ICMBio).

“Recomendo a implantação do Projeto Occa em todas as unidades de conservação, pois as ferramentas aplicadas fortalecem a comunidade envolvida ou não no conselho deliberativo. A iniciativa, que envolve analistas da Sede do Instituto, representa verdadeiro apoio ao trabalho do gestor nas bases, pois geralmente estão isolados, sem

recursos, sem equipe, tentando fazer com que os conselheiros sejam mais ativos e colaborativos da gestão. Em uma semana de trabalho, o Occa esclarece muitas dúvidas, levanta muito os ânimos e reforça os conceitos necessários para o fortalecimento do conselho e gestão da UC” (Vivian Mara Uhlig, gestora da Resex Capanã Grande/AM).

“Acho que essa deve ser uma ação prioritária a ser multiplicada, pois o seu processo de construção foi bastante valoroso” (Sérgio Freitas, articulador regional/ BA).

“Tive a oportunidade de conhecer o Projeto Occa participando da oficina de capacitação que aconteceu em Breves/PA, onde estavam presentes comunitários das Resex de Mapuá e Terra Grande-Praçuá. Durante a oficina foi possível perceber que a metodologia de trabalho proposta pelo projeto permite fácil absorção dos conteúdos trabalhados, pois propõe linguagem acessível para tratar de temas complexos que são de grande importância para alcançar a gestão participativa nas UCs. Também foram oferecidas ferramentas participativas que propiciam que os comunitários, de forma conjunta, identifiquem a realidade e as necessidades de sua comunidade, compreendendo suas dificuldades e potencialidades, e estabelecendo suas prioridades para a melhoria de vida da comunidade. Toda a metodologia utilizada no projeto e baseia-se nos princípios do envolvimento da população, propiciando o aumento da participação e da capacidade de atuar localmente. Portanto, considero que o Projeto Occa alcançou seu objetivo contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa nas reservas extrativistas” (Viviane Lasmar Pacheco, Coordenadora Diusp/ICMBio).

Pontos levantados pela Coordenação do Projeto (Diusp/ICMBio) em apresentação no III Seminário sul-brasileiro de conselheiros gestores de unidades de conservação, julho de 2009, Curitiba.

Conquistas do Projeto Occa

- Elaboração da metodologia de capacitação de conselheiros.
- Adaptação aos diferentes contextos.
- Capacitação de conselheiros e de lideranças de sete Resex abrangidas pelo projeto.

- Capacitação de mais de 370 multiplicadores da metodologia construída.
- Construção feita com a participação dos articuladores nacionais e regionais (equipe das cinco regiões do País), chefes das UCs abrangidas pelo projeto, a consultora contratada, conselheiros, comunitários e lideranças locais.

Dificuldades encontradas no transcorrer do projeto

- Complexidade da logística para a realização das oficinas regionais e locais.
- Comprometimento da participação de alguns gestores nas oficinas locais, devido ao envolvimento concomitante com a logística do evento.
- Extinção da Coordenação-Geral de Educação Ambiental, que integrava a diretoria que implementou esse projeto, quando de sua inserção no Ibama.
- Mudança na coordenação do projeto.
- Variações cambiais.
- Baixo desempenho por parte do gestor financeiro do Projeto Occa.
- Adaptação da metodologia construída em função da necessidade de extinção de dois seminários previstos.

Desafios

- Tornar possível a capacitação dos conselheiros de Resex/RDS somente com os multiplicadores formados.
- Adaptar o formato do projeto para a capacitação de todos os tipos de UC (além de Resex e de RDS), para acompanhar a nova estrutura do ICMBio e atender às atividades do macroprocesso gestão socioambiental.
- Reduzir custos para tornar viável a capacitação de todas as UCs que não foram abrangidas pelo projeto.
- Definir qual é o melhor local para a realização das oficinas, para garantir maior participação dos conselheiros e da equipe técnica.

Impactos gerados pelo projeto

- Os articuladores regionais passaram a atuar não só nas unidades abrangidas pelo projeto, mas em outras UCs geridas pela Diusp, multiplicando o processo ainda durante o seu desenvolvimento.
- Capacitação de servidores (articuladores nacionais e regionais) para atuar em gestão participativa de Resex/RDS.
- Fortalecimento da gestão participativa de Resex/RDS, por meio da capacitação e do envolvimento de lideranças comunitárias na construção da Metodologia de Capacitação dos Conselhos de Resex/RDS.
- Desenvolvimento de ferramentas de diálogo adaptadas ao público-alvo (populações tradicionais de Resex/RDS), como as dinâmicas e painéis desenvolvidos para a Oficina de Base Legal, que gerou maior envolvimento das lideranças e de comunitários no trabalho do conselho, e apresentou a importância do conselho para a resolução das questões da Resex.

Esses pontos foram ainda complementados no último relatório enviado à Embaixada Britânica, principal parceiro responsável pelo apoio financeiro do Projeto Occa:

- Foi ressaltada a oportunidade de construir novos referenciais para a gestão compartilhada e democrática de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, tendo em vista que em territórios onde as populações tradicionais vivem num cenário de intensos conflitos socioambientais, o seu protagonismo na gestão das unidades não tem sido uma tarefa fácil e é, muitas vezes, abortado.
- A participação efetiva na construção da metodologia e o processo de aplicação durante as oficinas envolveram grande rede de técnicos colaboradores, que, certamente, saem fortalecidos, mais comprometidos com sua missão, enquanto gestores dessas categorias de UC, e se transformaram em potenciais multiplicadores dessa proposta.
- Foi possível adaptar a metodologia criada e transformá-la de acordo com a realidade de cada Resex/RDS, o que pode ser constatado pelas mudanças de aplicações que tiveram de ser feitas em cada unidade testada.

- Para a realização das oficinas locais, o projeto contou com a parceria da GTZ/Programa de Cooperação Alemã e do Programa Arpa, que auxiliaram na compra de passagens, alimentação e hospedagem.

Em busca da gestão pública democrática

Os espaços públicos de gestão e de participação nos colocam diante de um novo tipo ou modo de governar. Atores sociais não estatais exercem junto aos poderes públicos o denominado *controle social* das políticas que estão sendo implementadas nas áreas que são da sociedade brasileira, portanto, públicas.

Dessa forma, procura-se regular a vida em sociedade protegendo os interesses e o bem-estar da maioria dos cidadãos que dela fazem parte.

Regras formalizadas por leis, decretos, instruções normativas, regimentos internos, contratos e outros, estabelecem quem está autorizado a tomar decisões de interesse coletivo, quais os canais legítimos para isso e em quais momentos isso é válido.

Desde os anos de 1980, avanços vêm sendo obtidos no sentido da formação de espaços públicos **formais**, na busca de uma gestão participativa de um dado problema ou território, em que houvesse mais diálogo entre atores da sociedade civil e do governo nas tomadas de decisão.

Os conselhos (consultivos ou deliberativos) se apresentam como um dos meios de participação formalizados de maior aceitação dentro dessa nova forma de governar. Porém as condições mínimas para uma participação qualificada e igualitária ainda não estão garantidas na sociedade brasileira. Elas estão sendo construídas paulatinamente a partir de um processo longo que implica esforço e compromisso dos órgãos públicos e da sociedade civil.

Nesse sentido, e no âmbito das unidades de conservação brasileiras, a proposta Ocça que teve como objetivo fortalecer os conselheiros comunitários, membros do conselho deliberativo e usuários de Resex e de RDS da Amazônia, por meio de metodologia participativa e construída coletivamente, explicita o propósito da Diusp/ICMBio de aprimorar o processo de gestão dessas unidades de conservação.

Mesmo que ainda tenha de ser aperfeiçoada, pode-se afirmar que a metodologia criada pretendeu atender a necessidade de se trabalhar de forma permanente e continuada com os conselhos, indicando métodos e procedimentos de uma proposta de formação para as unidades de uso sustentável da Amazônia.

A prática da gestão compartilhada pressupõe a mediação de conflitos e o conselho é, por definição, um espaço de mediação desses conflitos.

Acredita-se que os avanços se produzirão em acúmulos. Através do fortalecimento do diálogo entre as comunidades e os técnicos gestores das unidades, e da multiplicação desse processo, governo e sociedade se abrem fazendo avançar mais e mais a(s) forma(s) de se fazer efetiva uma gestão compartilhada.

Finalmente, vale destacar mais uma vez que no período em que se desenvolveram as atividades da proposta Occa várias mudanças importantes ocorreram na política institucional interna do Ibama, com a criação do ICMBio afetando tanto a equipe de coordenação do trabalho (Diusp) quanto as equipes regionais, de apoio e de gestores das unidades. Apesar disso, o projeto conseguiu realizar-se com erros, acertos e avanços que estão refletidos no esforço de sistematização dessa experiência, ultrapassando a vivência prática e as dificuldades surgidas, visando garantir e multiplicar a rica aprendizagem ocorrida.

Mãe Nossa

Mãe nossa que estais na Terra
Preservado seja o meio ambiente
Venha a nós a força verde
Seja feita a fotossíntese
Aqui na Terra de acordo com o céu
O ar puro de cada dia nos dai hoje
Castigai as devastações e as matanças
Assim como nós ensinamos os que a tem ofendido
Não os deixei com armas na mão
Mas conscientiza-nos da mudança final
Amém... a todos!

(adaptação de “Ave Mãe”, de Rita Lee, por Iaiá Floresta)

RReferências bibliográficas

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (Org.) **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p.13-35.

ACSELRAD, H. Las políticas ambientales ante las coacciones de la globalización. In: ALIMONDA, H. (Org.). **Los tormentos de la materia – aportes para una ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ALIMONDA, H. (Org.). **Los tormentos de la materia – aportes para una ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira de Promoção da Participação**. Porto Alegre, ano 2, n. 2, jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000.

CARDOSO, E. D. Conselhos municipais e democratização das gestões locais. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, ano 49, n. 246, março e abril de 2004.

CHAMBRERS, R.; GUIJT, I. DRP: Depois de 5 anos como estamos agora? IIED, Quito, Equador, *Revista Bosques, Árvores e Comunida-*

des Rurais, nº 26, março de 1995, p. 4-15.

Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais, n. 26, março de 1995, p. 4-15.

COZZOLINO, L. F. F. **Unidades de conservação e os processos de governança local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa Eicos, IP/UFRJ, 2005.

GOMES FILHO, A.; AMARAL, P. P. do.; CUNHA, C. C. **Criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema**. Rio Branco: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, 2006.

GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUPMTRE, T. **Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century**. Durban, UICN, 2003.

ICMBio. Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007.

JACOBI, P. R. Participação na gestão ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados. In: LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. 2 Ed.. Rio de Janeiro: Ibama/Ibase, 2005.

IBAMA. **Roteiro metodológico para a formação de conselhos deliberativos de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2007. Mimeo.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e sociedade**, vol. 9, n. 01, p. 41-64. jan/jul, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas protegidas**. Gestão participativa do Snuc, v.2. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SALES, R. J. R. **Relatório de consultoria referente ao contrato nº 2003/003143 do Projeto PNUD BRA 00/009**. Brasília, 2004.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Bomtempo, 2003.

Anexo 1.

Roteiros metodológicos utilizados nas oficinas

Roteiro 1 **A preparação do retrato das Resex/RDS envolvidas no Projeto**

Cada grupo prepara um cartaz de apresentação da Resex/RDS, procurando contemplar os itens abaixo listados e outros que achar necessário.

1. Localização;
2. Breve histórico;
3. Tamanho da unidade – principais distâncias a partir da identificação de pontos de referência e distância entre eles (se precisar, fazer um desenho esquemático);
4. Número de habitantes, de famílias e de localidades;
5. Principais atividades econômicas extrativistas;
6. Outras atividades complementares – de subsistência ou não;
7. Processo de criação do conselho deliberativo da Resex/RDS;
8. Principais questões-desafio (temas focais) identificadas.

Tempo de apresentação: 15 segundos.

Obs.: o grupo pode apresentar algum outro material impresso ou digital já existente, como complemento da apresentação.

Roteiro 2

A construção do Mapa Falado

Este roteiro destina-se a aprimorar o **mapa-base** com o grupo e com a ajuda dos participantes e técnicos da Resex em estudo. Serve ainda para provocar discussão sobre a realidade daquela unidade, a partir da identificação e registro no mapa de:

- Estruturas físicas de Resex – natural e construída;
- Áreas de uso individual – diversas localidades e residências;
- Áreas de uso comum;
- Áreas produtivas (castanhais/copaíba/pesqueiros/áreas de pesca de camarão);
- Áreas **não** produtivas;
- Os vizinhos;
- Áreas de conflito – explicitar os conflitos;
- Outras áreas.

Perguntas que devem ser discutidas e registradas **em papel grande**, visível ao grupo:

- Quais os grupos mais produtivos da região? Onde ficam? (Se possível, identificar no mapa);
- O que é explorado? Onde? Quem explora?
- Quais as épocas de coleta e de chuva?
- Por onde é feito o escoamento/comercialização da produção?
- Onde estão os maiores problemas/conflitos?
- Era assim antes da Resex? O que mudou?
- Estimular a construção de novas questões com o grupo para chegar às questões-desafio ou os temas focais.

Registrar em papel grande todos os elementos da discussão.

Transecto Espacial ou Unidades de Paisagem

(ferramenta complementar ao mapa falado)

	Rio	Várzea	Restinga	Floresta
Características	Barrento	Terra boa	Área alagável	Densa, alta, diversa
Uso	Pesca, beber, lazer, banho	Roça	Moradia	Extrativismo, óleo, castanha, palha
Problemas	Poluição			Extração ilegal da madeira
Alternativa de solução				
Usos potenciais				

Roteiro 4 A construção do Boneco

Técnica também utilizada em DRP, com o objetivo de identificar o perfil dos(as) moradores(as), os diferentes saberes, conhecimentos, práticas e modos de vida da população em cada uma das localidades que compõem a Resex.

Como proceder:

- Desenhar no centro de um papel grande, disposto no chão, o contorno de uma figura humana, de modo que sobre as margens do papel para os lados, em cima e embaixo, algum voluntário do grupo deita-se sobre o papel e outro faz o contorno com a ajuda de um pincel colorido. O ideal é fazer o contorno

de uma figura masculina e em outro papel a feminina, representando o perfil de um homem e de uma mulher, moradores típicos da localidade ou grupo de localidades.

- O primeiro conjunto de perguntas deve servir para caracterizar o **sujeito/indivíduo** que mora naquele local e identificar os seus hábitos, saberes/conhecimentos e práticas. É interessante fazer também o perfil da mulher moradora. As respostas devem ser registradas (escritas ou com desenhos esquemáticos) no interior do contorno, ou seja, **dentro** do corpo desenhado.
- O grupo posiciona-se ao redor do desenho e o facilitador começa perguntando:

Pensando na maioria dos moradores daqui:

- Como ele (a) é? É forte? Tem saúde?
- É casado (a)? Chefe de família? Sustenta a família sozinho?
- Qual a sua rotina de trabalho? Que tarefas cabe a ele(a) no seu dia a dia?
- Estuda ou estudou? Sabe ler? Sabe ler mais ou menos? Quem mais sabe ler aqui?
- Como se sente normalmente – é Alegre? Triste? Preocupado? Por quê?
- Como se diverte? Vai aonde para se divertir? Leva a família?
- O que essa pessoa sabe fazer? Que tipo de conhecimento ele(a) domina? Ou ainda o que ele(a) conhece na região? Como aprendeu? Quem mais sabe alguma coisa aqui?
- Essa pessoa está comprometida com a missão da Resex? Participa de algum grupo organizado na comunidade?

As perguntas devem contribuir para o levantamento do **perfil** de homens e mulheres moradores das comunidades. Podem ser outras perguntas e podemos aperfeiçoá-las na oficina de acordo com a realidade concreta dos estudos de caso ou vivências dos participantes.

O segundo conjunto de perguntas serve para caracterizar o **meio** em que ele/ela vive, as formas de organização comunitária, os

grupos existentes, os principais problemas e conflitos. Dessa vez, as respostas devem ser registradas nas margens do papel que se encontram **fora do boneco**, sugerindo o espaço de convivência social dos moradores. Exemplos de perguntas.

- Como é o lugar onde vocês vivem? Deixar vir todas as respostas e perguntar por que, se for o caso;
- Há festas? Rituais? Cerimônias de confraternização? Quem é bom de organizar festas?
- Vocês se reúnem para discutir os problemas da comunidade? Quem organiza essas reuniões?
- Quais os principais problemas que acontecem aqui?
- Se os problemas não saírem, provocar perguntando: há escola aqui? Tem posto de saúde? Como vocês fazem quando tem algum doente grave na comunidade? Como os produtos extraídos são comercializados?
- Desses problemas quais viram conflito? Entre quem?
- Quem são as pessoas ou grupos (agentes) que estão envolvidos com a Resex e que, em sua opinião, podem ajudar a construir um lugar melhor?

Roteiro 5

A construção do Diagrama de Bolas (Diagrama de Venn)

Objetivo

Identificar o grau de envolvimento e de importância dos órgãos públicos, instituições privadas, grupos comunitários, ONGs, projetos, programas, atores estratégicos, lideranças e as relações entre eles. Serve para comparar, avaliar, verificar a competição e a complementaridade entre os trabalhos por elas desenvolvidos no local. Ao estabelecer essas relações, compreende-se o quanto a comunidade está próxima ou distante das instituições comparadas. Pode-se estimular a discussão sobre os papéis que cada uma dessas instituições exerce no local.

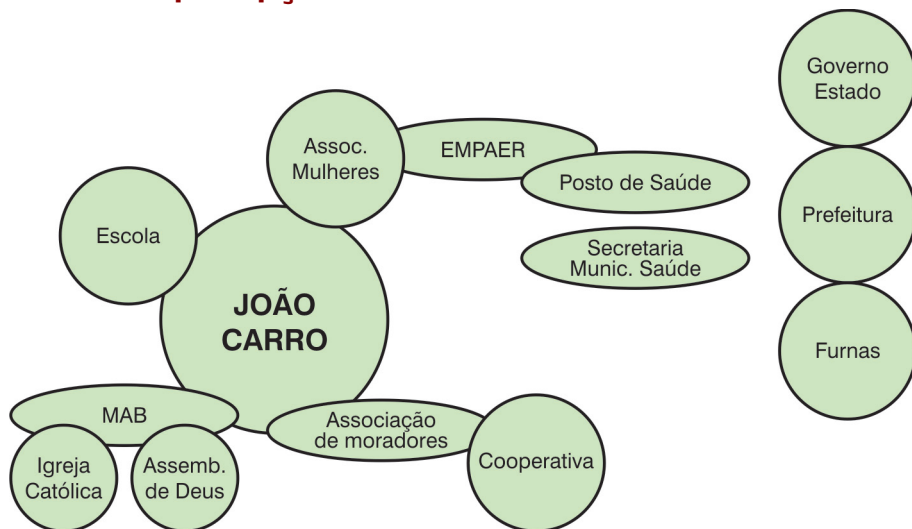
Como proceder – opção 1

- Definir o ponto ou o foco da avaliação em relação ao qual as instituições serão analisadas – localidade a ser estudada.
- Coloca-se o nome da localidade definida num cartão no centro do painel (papel grande).
- Solicitar aos participantes que relacionem as diferentes instituições, grupos organizados, órgãos públicos, lideranças etc. que atuam na localidade específica (registre num papel grande, próximo ao painel e bem visível).
- Em seguida, são atribuídos valores de acordo com a atuação e o trabalho realizado por cada uma das instituições listadas. Os valores podem ser simbolizados por círculos em cartolina de diferentes tamanhos e cores. Os círculos maiores representam contribuição de melhor qualidade, os menores de menor qualidade e assim por diante.
- A distância dos círculos em relação ao ponto central (cartão) que representa a localidade significa a proximidade ou a identificação com os interesses dos moradores.
- Em outro momento pode-se colocar os círculos sobrepostos, de acordo com o nível de interação entre os grupos ou instituições, apontados pelos participantes.

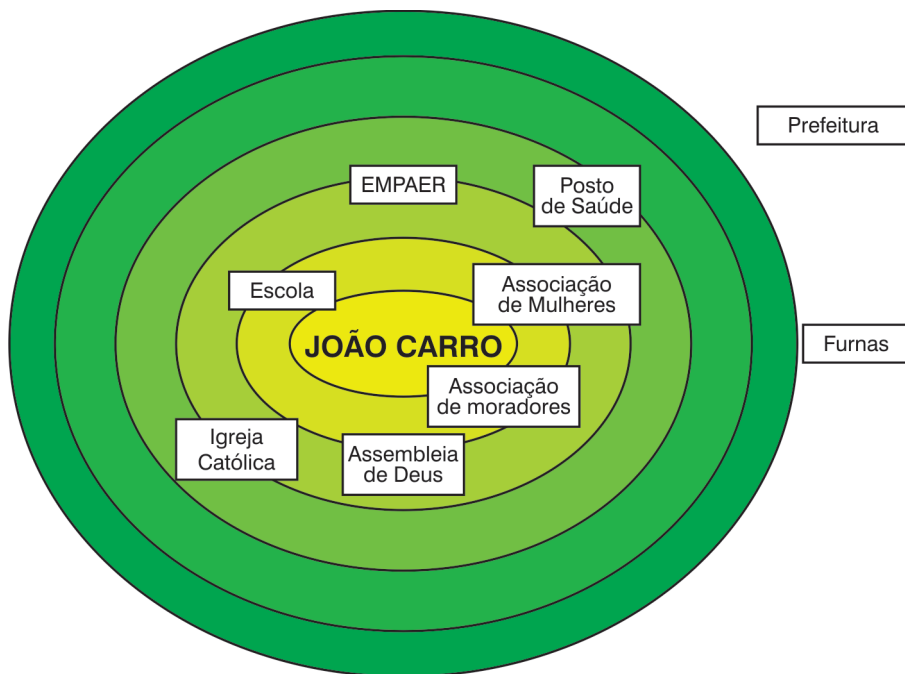
Como proceder – opção 2

- Desenhar uma série de círculos concêntricos. No meio deles, escrever o nome da localidade a ser analisada.
- Solicitar aos participantes que relacionem as diferentes instituições, grupos organizados, órgãos públicos, lideranças etc. que atuam na localidade específica (registrar num papel grande, próximo ao painel e bem visível).
- Em seguida, atribuir valores de acordo com a atuação e o trabalho realizado por cada uma das instituições listadas. Os valores podem ser simbolizados pela distância em relação ao círculo central. Os nomes das instituições serão escritos em pequenos cartões e colocados mais perto ou mais longe do círculo central, indicando a proximidade ou o distanciamento de cada instituição em relação ao centro.

Exemplo opção 1 – Comunidade de João Carro/MT



Exemplo opção 2 – Comunidade de João Carro/MT



Roteiro 6

A Construção do Círculo das Palavras

Objetivo

Estabelecer com o grupo uma ordem de prioridade das questões-desafio (problemas) propostas.

Observações

A escolha das palavras que compõem o círculo, os temas ou problemas relacionados à Resex, não deve representar categorias muito amplas (pesquisa, impacto ambiental, poluição), categorias mais restritas e objetivas e que contribuem para compreender a diversidade e a hierarquia dos temas.

É importante deixar sempre dois ou três espaços em branco para que, individualmente, o participante possa lembrar aspectos ou características da Resex que não tenham sido pensados e, assim, contribuir com a dinâmica.

Como proceder:

- Listar as questões já trabalhadas pelo grupo e identificadas como questões-desafio (problemas).
- Preenchimento simultâneo (o facilitador faz no papel grande e os participantes no papel A4) do círculo. Nome da Resex/comunidade no **centro** do círculo e questões dispostas em torno, como no exemplo a seguir.
- Avaliação individual (ou em duplas) das questões apresentadas. Nesse momento, o facilitador deve afirmar a importância de os votos serem bem pensados, pois cada manifestação individual (ou da dupla) irá refletir no resultado. Portanto, a avaliação deve ser conduzida, lembrando ao grupo os pontos principais discutidos anteriormente. Cada participante ou dupla poderá preencher um ou mais espaços deixados em branco, com alguma questão que não esteja identificada no desenho. Em seguida, escolher o número máximo de quatro questões consideradas mais importantes, para serem contempladas no plano de ação em construção, e sublinhar as opções desejadas.

- **Tabulação:** o facilitador, usando o desenho do círculo do papel grande, que serviu de modelo para o preenchimento, tabula o resultado do grupo perguntando a cada questão quantos a sublinharam.
- **Síntese:** o facilitador faz, com a ajuda do grupo, uma leitura do círculo das palavras preenchido, lembrando aos participantes que o produto será utilizado com os demais resultados da oficina para compor as principais questões-desafio do plano em construção.

Exemplo de um círculo das palavras preenchido:



Roteiro 7

Construção do Quadro de Planejamento

Tema focal: _____

Localidade: _____

O QUÊ? (quais os problemas?)	COMO? (que soluções ou encaminhamentos são possíveis?)	COM QUEM CONTAMOS? (quais os grupos e instituições que podem se envolver?)

RESPONSÁVEIS NA COMUNIDADE (quem conhece o problema e pode contribuir?)	RESPONSÁVEL NO CONSELHO (quem dos conselheiros comunitários pode contribuir na articulação com as entidades parceiras?)	QUANDO? (em quanto tempo teremos a solução?)

Anexo 2

Ficha de Avaliação do Projeto Occa

(a ser preenchida por: gestores de Resex/RDS envolvidos;
articuladores regionais que participaram e que contribuíram
com a equipe técnica da Diusp/ICMBio)

Em sua opinião:

1. A metodologia construída é adequada para a formação e o fortalecimento dos conselheiros comunitários de Resex/RDS?

sim

não

Justificar a resposta:

2. Das ferramentas/técnicas utilizadas nas oficinas com os conselheiros comunitários, quais as que mais se adéquam à realidade das localidades?

- Mapa falado
- Dinâmica do boneco
- Diagrama de Venn (ou de bolas)
- Unidade de paisagem (introduzindo a oficina de plano de manejo)
- Círculo das palavras – (introduzindo a oficina de construção do plano de ação)
- Quadro de planejamento – (construindo o plano de ação)
- Dinâmicas interativas e de sensibilização do grupo
- Teatro-fórum
- Roda de histórias
- Oficina de base legal (adaptada)

3. Desde o início do Projeto Occa (fevereiro de 2008) até o seu término (março de 2009) você utilizou algumas dessas ferramentas em seu trabalho como gestor/técnico articulador? Quais?

- Mapa falado
- Dinâmica do boneco
- Diagrama de Venn (ou de bolas)
- Unidade de paisagem (introduzindo a oficina de plano de manejo)
- Círculo das palavras – (introduzindo a oficina de construção do plano de ação)
- Quadro de planejamento – (construindo o plano de ação)
- Dinâmicas interativas e de sensibilização do grupo
- Teatro-fórum

- Roda de histórias
- Oficina de base legal (adaptada)
- Não utilizou as ferramentas

Em qual situação e com qual objetivo essas ferramentas foram utilizadas?

- 4.** Pensando na **gestão participativa** de Resex/RDS, que outros usos você identifica para as ferramentas apreendidas/exercitadas no Projeto Ocça?

5. Você se sente apto para aplicar a metodologia construída (ou parte dela) durante o Projeto Ocça e multiplicá-la para os comunitários, outros técnicos de sua unidade e/ou outros gestores e equipes técnicas ligadas a outras unidades da região?

sim

não

Justificar a resposta:

7. Se houver oportunidade de extensão do Projeto Ocça para novas unidades, que recomendações você faria?



FUNAPE
Fundação de Apoio à Pesquisa - LFG



**Ministério do
Meio Ambiente**